



Ademicon Holding S.A.

CNPJ: 40.978.965/0001-78

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as demonstrações financeiras da **ADEMICON Holding S.A.**, correspondentes ao exercício findo em **31 de dezembro de 2025**, compreendendo o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e de suas controladas. As notas explicativas são parte integrante dessas demonstrações financeiras e estão acompanhadas do relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e refletem, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira da Companhia, assim como o desempenho de suas operações individuais e consolidadas. A **ADEMICON Holding S.A.** tem como objeto principal a participação em outras sociedades, atuando como controladora das empresas que compõem o Grupo Ademicon. No exercício de 2025, os resultados consolidados da Holding foram substancialmente influenciados pelo desempenho da **ADEMICON Administradora de Consórcios S.A.**, que representou aproximadamente **97%** do resultado consolidado, refletindo a forte performance operacional do negócio de administração de consórcios. O exercício de 2025 foi marcado pelo crescimento consistente das atividades do Grupo Ademicon, sustentado pela forte performance comercial da Administradora, pela ampliação da presença nacional da marca e pelo fortalecimento das

estratégias comerciais, de marketing e de relacionamento com clientes e parceiros. Além disso, as demais controladas contribuíram para o fortalecimento da estrutura corporativa do Grupo, por meio das atividades complementares de intermediação de negócios, corretagem de seguros, securitização de direitos creditórios e comércio varejista. **Política de Equidade de Gênero - Lei nº 15.177/2025:** Em atendimento ao disposto na **Lei nº 15.177**, de 23 de julho de 2025, que estabelece a obrigatoriedade de reserva mínima de participação de mulheres em conselhos de administração e a divulgação de indicadores de equidade de gênero, a **ADEMICON Holding S.A.**, na qualidade de controladora, apresenta a seguir as informações consolidadas relativas ao exercício findo em **31 de dezembro de 2025**, as quais refletem, de forma preponderante, a estrutura de sua principal controlada, a **ADEMICON Administradora de Consórcios S.A.** **i) Quadro de colaboradoras por nível hierárquico:** Em 31 de dezembro de 2025, o Grupo Ademicon contava com um total de 411 colaboradores, dos quais 255 são mulheres, representando 62% do quadro total. No nível técnico, operacional e administrativo, as mulheres representam 65%, enquanto nos cargos gerenciais e de liderança correspondem a 35%. **ii) Mulheres em cargos de administração:** O Conselho de Administração do Grupo é composto por 7 membros titulares, dos quais 2 são mulheres, representando 28,57% de participação feminina. A Diretoria Executiva é composta por 3 membros, sendo 2 mulheres, correspondendo a 66% do total. **iii) Demonstrativo de remuneração por gênero:** O Grupo

adota política de remuneração baseada em cargos e responsabilidades, sem distinção de gênero. Em 2025, a remuneração fixa média das mulheres, em relação aos homens em cargos equivalentes, correspondeu a 80% no nível operacional/técnico/administrativo e a 89% no nível gerencial e de liderança. **iv) Evolução comparativa dos indicadores (2024 x 2025):** Comparativamente ao exercício de 2024, observou-se estabilidade na participação feminina no quadro total (de 61,7% para 62%) e aumento da presença de mulheres em posições de liderança, que passou de 32% para 35%. **v) Conselho de Administração - Perspectiva de adequação gradual:** A Lei nº 15.177/2025 prevê a implementação gradual da participação mínima de mulheres no Conselho de Administração a partir da primeira eleição ocorrida após sua entrada em vigor. Até a presente data, não foi realizada nova eleição para os cargos do Conselho após julho de 2025. Quando da próxima eleição, a Companhia observará o percentual mínimo inicial de 10%, avançando progressivamente para 20% e 30%, conforme previsto em lei. Sem mais, agradecemos aos nossos acionistas pela confiança depositada na Administração, às empresas controladas pelo comprometimento com a execução das estratégias do Grupo, bem como aos colaboradores, parceiros e fornecedores pela dedicação e profissionalismo ao longo do exercício.

Curitiba, 31 de março de 2026
Os Administradores

BALANÇO PATRIMONIAL - Em milhares de Reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	-	-	1.170	2.301
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	8	6.361	1.363	48.198	94.016
Instrumentos financeiros derivativos ativoS	9	-	-	-	9.586
Contas a receber	10	-	-	20.072	38.343
Impostos a recuperar	11	41	25	62.069	8.807
Adiantamentos	12	-	-	12.851	9.533
Partes relacionadas		8.293	-	-	1.875
Dividendos a receber	29	207.700	-	-	-
Despesas antecipadas	13	-	-	610.244	102.817
Outros créditos		-	-	1.004	386
Total do ativo circulante		222.395	1.388	755.608	267.664
Não circulante					
Empréstimos a grupos	14	-	-	959	821
Contas a receber	10	-	-	262	7.555
Despesas antecipadas	13	-	-	1.074.835	943.983
Cotas de consórcio ativo	14	-	-	79.725	29.561
Depósitos judiciais	28	-	-	959	965
Ativo fiscal diferido	16	-	-	72.853	56.544
Outros créditos		-	-	2.440	2.440
Investimentos	17	176.234	159.256	-	-
Ativo de direito de uso	18	-	-	6.490	7.911
Imobilizado	19	-	-	8.545	7.482
Intangível	20	-	-	31.320	16.660
Total do ativo não circulante		176.234	159.256	1.278.388	1.073.922
Total do ativo		398.629	160.644	2.033.996	1.341.586

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de Reais

	Capital social			Reservas			Total atribuível aos acionistas controladores	Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar	Ajustes de avaliação patrimonial	De capital	Legal	Lucros (Prejuízos) acumulados			
Em 1º de janeiro de 2024	69.589	(100)	7.360	303	9.616	20.617	107.385	3.197	110.582
Aumento de capital social	14.733	-	-	-	-	-	14.733	-	14.733
Resultado do período	-	-	-	-	-	301.862	301.862	5.338	307.200
Opção de compra de ações	-	-	-	55	-	-	55	-	55
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	5.477	(5.477)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(263.430)	(263.430)	-	(263.430)
Transferência para reserva	-	-	-	-	-	32.955	(32.955)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	84.322	(100)	7.360	358	15.093	53.572	160.605	8.535	169.140
Adoção da Resolução BCB nº 352/2023	-	-	-	-	-	80	80	-	80
Aumento de capital	14.620	-	-	-	-	-	14.620	-	14.620
Resultado do período	-	-	-	-	-	579.143	579.143	4.790	583.933
Opção de compra de ações	-	-	-	17	-	-	17	-	17
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	4.675	(4.675)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(607.574)	(607.574)	(4.037)	(611.611)
Transferência para reserva	-	-	-	-	-	(33.026)	33.026	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	98.942	(100)	7.360	375	19.768	20.546	146.891	9.288	156.179

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Seção A - Informações Gerais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **ADEMICON HOLDING S.A.**, ("Companhia", "Grupo" ou "ADEMICON HOLDING"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 24 de fevereiro de 2021, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, que tem como objeto social a participação em outras sociedades, de qualquer natureza e tipo societário. Com o objetivo principal de consolidar as empresas do Grupo ADEMICON como grupo econômico, ao final do exercício de 2022 foi concluído um processo de reestruturação societária, que instituiu a **ADEMICON HOLDING S.A.** como holding, posição anteriormente ocupada pela **ADEMICON Participações S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 21.110.469/0001-53 ("ADEMICON Participações"). A partir desta alteração, a **ADEMICON HOLDING** passou a controlar as demais empresas do Grupo, formando então um único bloco **ADEMICON**, com sede e domicílios localizados na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **1.1 Contexto operacional das controladas:** Em 26 de julho de 2021, a **ADEMICON HOLDING** constituiu, de forma integral, com 100% de participação no capital social, sob a forma de sociedade limitada, a empresa **ADEMICON Corretora de Seguros Ltda.**, que tem como objetivo principal a corretagem de seguro prestamista, destinado aos clientes com cotas de consórcio comercializadas. Em outubro de 2021, a **ADEMICON HOLDING** constituiu de forma integral, com 100% de participação no capital social, sob a forma de sociedade limitada a **ADEMICON Serviços e Intermediações de Negócios Ltda.**, e sob a forma de sociedade anônima de capital fechado a **ADEMICON Securitizadora S.A.**, cuja atividade principal é a intermediação de serviços financeiros e a securitização de operações de crédito. Em 30 de agosto de 2022, a **ADEMICON HOLDING** constituiu, de forma integral, com 100% de participação no capital social, sob a forma de sociedade limitada a **ADEMICON Comércio Varejista Ltda.**, que tem como atividade principal a comercialização de produtos via plataforma e-commerce ou de forma física. Em 31 de dezembro de 2022, a **ADEMICON HOLDING** adquiriu 100% de participação no capital social da **ADEMICON Administradora de Consórcios S.A.**, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Curitiba, Paraná. Em 31 de agosto de 2023, após incorporação das sociedades **Cotas RJ Participações Societárias Ltda.**, **Cota&Cas Participações Societárias Ltda.** e **Cota&Dom Participações Societárias Ltda.**, pela **Cota&Gold Participações Societárias Ltda.**, foi aprovada também a alteração da denominação social da sociedade incorporadora, passando de "**Cota&Gold Participações Societárias Ltda.**" para "**Cota Trade Ltda.**" Em 4 de dezembro de 2023, foi constituída a **Cotacash Serviços e Consultoria Ltda.**, que tem como objetivo desenvolver operações de intermediação e agenciamentos de serviços, consultoria em gestão empresarial em geral, tendo como única sócia a **ADEMICON HOLDING**. Em 28 de março de 2024, foi constituída a **Recupera Gestão de Crédito Ltda.**, tem como principal objetivo a gestão de recebíveis de grupos de consórcios. A Companhia e suas controladas (conjuntamente "o Grupo" ou "Grupo Ademicon") abrangem as atividades que podem ser resumidas segundo a sua natureza, a seguir: **a) Serviços Financeiros:** O Grupo, por meio de suas controladas, atua em diversas frentes relacionadas ao mercado de serviços financeiros, conforme descrito a seguir: **Administração de grupos de consórcio:** Atividade exercida pela **ADEMICON Administradora de Consórcios S.A.**, responsável pela formação, gestão e administração de grupos de consórcio de imóveis, automóveis, motocicletas, caminhões, serviços e outros bens. Inclui também a gestão de recebíveis vinculados aos grupos, realizada pela **Recupera Gestão de Crédito Ltda.** **Securitização de direitos creditórios:** Atividade conduzida pela **ADEMICON Securitizadora S.A.**, que estrutura e administra carteiras de títulos de securitização lastreados em direitos creditórios originados de operações realizadas por pessoas físicas ou jurídicas. **Corretagem de seguros:** Prestada pela **ADEMICON Corretora de Seguros Ltda.**, com foco na comercialização de seguros prestamistas vinculados às operações de consórcio e demais produtos ofertados no ecossistema do Grupo. **b) Comercialização de produtos:** A atuação na comercialização de mercadorias em geral é realizada pela **ADEMICON Comércio Varejista Ltda.**, empresa responsável pela venda de produtos complementares às operações do Grupo, com foco no fortalecimento do ecossistema de soluções oferecidas aos clientes e licenciados. **c) Intermediação de negócios:** O Grupo também atua na intermediação de negócios por meio das seguintes empresas: **ADEMICON Serviços e Intermediações de Negócios Ltda.**, responsável pela intermediação de produtos e

serviços ofertados no ecossistema. **Cota Trade Ltda.**, plataforma especializada na compra e venda de cotas contempladas sob o nome **Contemplay Cotacash Serviços e Consultoria Ltda.**, empresa dedicada à prestação de serviços de intermediação e consultoria vinculadas às operações de consórcio e à circulação de cotas. **1.2 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Seção E - Políticas Contábeis. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos seguintes itens que são mensurados ao valor justo: (i) determinados ativos e passivos financeiros; (ii) instrumentos financeiros derivativos. Os ativos não circulantes mantidos para venda (ou grupos de alienação) são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo líquido de despesas de venda. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis e o exercício de julgamento pela administração na aplicação das políticas contábeis. As áreas que envolvem maior nível de julgamento e complexidade, bem como aquelas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2 - Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada pela Administração em 31 de março de 2026. **(a) Demonstrações financeiras individuais:** As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. **(b) Demonstrações financeiras consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da **ADEMICON HOLDING** e suas controladas em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A consolidação de uma controlada tem início quando a **ADEMICON HOLDING** (Controladora) obtém controle em relação à controlada, e finaliza quando a Controladora deixa de exercer o mencionado controle. Ativos, passivos e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a **ADEMICON HOLDING** (Controladora) obtiver o controle, até a data em que a Controladora deixar de exercer o controle sobre a controlada. As controladas consolidadas nas demonstrações financeiras estão listadas a seguir:

Investida	País	Moeda	Participação %	
			31/12/2025	31/12/2024
Ademicon Administradora de Consórcios S.A.	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ademicon Corretora de Seguros Ltda.	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ademicon Securitizadora S.A.	Brasil	Real	99,99%	99,99%
Ademicon Comércio Varejista Ltda.	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Ademicon Crédito Serviços e Intermediação				
Negócios Ltda.	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Cota Trade Ltda.	Brasil	Real	66,36%	66,36%
Cotacash Serviços e Consultoria Ltda.	Brasil	Real	100,00%	100,00%
Recupera Gestão de Crédito Ltda.	Brasil	Real	100,00%	100,00%

(c) Declaração de relevância: Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da **ADEMICON HOLDING** e do Grupo Ademicon, conforme Orientação Técnica OCCP 07. **(d) Declaração de continuidade:** A Administração avaliou a capacidade da **ADEMICON HOLDING** e do Grupo Ademicon em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em milhares de Reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	32	-	-	1.537.097	940.133
(-) Custo dos serviços prestados	33	-	-	(22.367)	(15.249)
Lucro Bruto				1.514.730	924.884
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	33	(1.172)	(1.064)	(266.315)	(221.412)
Despesas com vendas	33	-	(40)	(374.399)	(243.066)
Outras receitas (despesas) operacionais		115	-	1.446	587
Equivalência patrimonial		580.059	302.806	-	-
Resultado antes do resultado financeiro		579.002	301.702	(639.268)	(463.891)
Resultado financeiro, líquido	34	141	222	(13.942)	(7.857)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		579.143	301.924	861.520	453.136
Imposto de renda e contribuição social correntes	35	-	(62)	(114.633)	(86.384)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35	-	-	(162.954)	(59.552)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		579.143	301.862	583.933	307.200
Resultado abrangente atribuído aos:					
Acionistas controladores		-	-	579.143	301.862
Acionistas não controladores		-	-	4.790	5.338
Resultado por ação:					
Básico	31	3,21788	1,69554	-	-
Diluído	31	3,21788	1,69554	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	579.143	301.862	583.933	307.200
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	579.143	301.862	583.933	307.200
Resultado abrangente atribuído aos:				
Acionistas controladores	-	-	579.143	301.862
Acionistas não controladores	-	-	4.790	5.338

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em milhares de Reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do período	579.143	301.862	583.933	307.200
Ajustado por:				
Impostos e contribuições diferidos ativos (PIS, COFINS e ISS)	-	-	(20.896)	(16.138)
Impostos e contribuições diferidos (IRPJ e CSLL)	-	-	162.954	59.552
Imposto de renda e contribuição social	-	62	114.633	86.384
Equivalência patrimonial	(580.059)	(302.806)	-	-
Depreciação e amortização	-	-	7.658	5.643
Rendimentos de aplicações financeiras	(141)	(247)	(19.615)	(5.955)
Variação cambial	-	-	(23.078)	22.943
Juros provisionados	-	-	11.983	6.922
Resultado com instrumentos derivativos	-	-	32.316	(21.957)
Despesas financeiras que não afetam caixa	-	-	-	290
Constituição de provisão (reversão) para contingências	-	-	8.203	697
Provisão para participação nos lucros	-	-	9.658	8.848
Provisão para perda de crédito esperada	-	-	4.042	(1.085)
Outras provisões	-	-	(6.806)	(1.435)
Variações nas contas patrimoniais				
Contas a receber	-	-	22.246	(18.151)
Impostos a recuperar	(12)	(13)	(53.262)	5.596
Adiantamentos	-	-	(2.864)	(1.268)
Despesas antecipadas	-	-	(638.279)	(333.261)
Empréstimos a grupos	-	-	1.093	766
Cotas de consórcio	-	-	(49.219)	13.103
Outros créditos	-	-	(618)	2.428
Fornecedores e contas				

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 DA ADEMICON HOLDING S.A.

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

alterações de normas entraram em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: **Alteração ao CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio:** a alteração introduziu requisitos para especificar quando uma moeda é conversível em outra e quando não é, e como a entidade deve determinar a taxa de câmbio à vista quando uma moeda não é conversível. Nesse caso, a entidade deve divulgar informações que permitam aos usuários avaliar como a falta de conversibilidade afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. **Orientação Técnica OCP 10 - Créditos de Carbono (CO2e), Permissões de Emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO):** a orientação técnica, tomada obrigatória para companhias abertas pela Resolução CVM 223/24, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. O tratamento contábil de reconhecimento e mensuração deve seguir o CPC 04 (Ativo Intangível) ou o CPC 16 (Estoques), levando em consideração os modelos de negócios praticados pelas entidades. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. **1.4 Normas emitidas e ainda não vigentes:** Os seguintes pronunciamentos e alterações foram emitidos, mas ainda não estão vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A Administração avaliou os potenciais impactos e concluiu que não há efeitos materiais imediatos sobre as demonstrações financeiras de 2025, contudo, identifica impactos futuros relevantes na forma de apresentação das demonstrações a partir da adoção obrigatória da norma abaixo: **CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** vigência obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2027. O pronunciamento substituirá o CPC 26 (R1) e promoverá mudanças significativas na estrutura de apresentação da demonstração do resultado, introduzindo categorias padronizadas, subtotais obrigatórios e novos princípios de agregação e desagregação. O Grupo já iniciou a avaliação dos impactos e preparará os sistemas e processos para a adoção integral do novo modelo. O Grupo adotará o pronunciamento na data de vigência obrigatória e não pretende realizá-lo de forma antecipada.

Seção B - Riscos**2. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS**

Na aplicação das políticas contábeis da Ademicon Holding e do Grupo Ademicon, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, caso a revisão afete apenas esse período, ou também nos períodos subsequentes, caso a revisão afete tanto o período corrente quanto períodos futuros, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Na aplicação das políticas contábeis do Grupo Ademicon, a Administração realiza julgamentos e elabora estimativas sobre os valores contabilizados de ativos e passivos. As estimativas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As áreas que envolvem maior nível de julgamento estão descritas a seguir: **(a) Reconhecimento e diferimento da receita de taxa administrativa:** O reconhecimento da receita envolve julgamentos significativos relacionados a: • Estimativa do percentual de custos atribuíveis ao período pré-contemplação, utilizado como limite máximo para apropriação da parcela complementar da taxa de administração até a contemplação; • Estimativa do prazo médio de contemplação, apurado com base no histórico dos grupos ativos, que define o ritmo de apropriação da receita durante a fase inicial do contrato; • Probabilidade de recebimento, uma vez que antes da contemplação não há obrigação contratual de continuidade, sendo frequentes inadimplências, cancelamentos e reativações. A receita nesta fase é reconhecida limitada ao valor efetivamente recebido, conforme previsto na política. Esses fatores influenciam diretamente a mensuração do montante de receita a ser reconhecido em cada período. **(b) Reconhecimento linear da receita para consorciados contemplados:** Após a contemplação e utilização do crédito, a taxa de administração é reconhecida linearmente ao longo do prazo remanescente do grupo, com base no entendimento de que os custos se comportam de forma proporcional ao longo do tempo. Adicionalmente, a Administração exerce julgamento na determinação: • da existência de direito incondicional ao recebimento mesmo na inadimplência, o que justifica o reconhecimento da receita contra ativo realizável; • do prazo remanescente do plano para fins de diferimento de receitas recebidas antecipadamente (lances, quitações ou antecipações espontâneas). **(c) Variabilidade da contraprestação e limitação da receita ao caixa recebido:** Antes da contemplação, devido à ausência de obrigação contratual de continuidade, parte da contraprestação é considerada variável. A Administração aplica julgamento para determinar o montante de receita cuja realização é provável, limitando-a ao efetivo recebimento, em consonância com o CPC 47 e com as premissas da política interna. **(d) Provisão para perdas de crédito esperada (PECLD):** A Administração estima a PECLD utilizando uma abordagem simplificada baseada em matriz de risco de perda, construída a partir de dados históricos de inadimplência segmentados por faixa de atraso. Mudanças no perfil de inadimplência da carteira podem resultar em ajustes relevantes no valor da provisão. **(e) Contingências:** O Grupo é parte em processos trabalhistas, cíveis e tributários. A provisão para contingências é constituída para as causas classificadas como perda provável, com base em parecer de advogados externos e na experiência histórica do Grupo. Passivos contingentes de perda possível são divulgados em nota específica e não são provisionados. Não houve alterações nas metodologias de estimativa descritas acima em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **(f) Plano de pagamento baseado em ações:** A Companhia possui um Plano de Pagamento Baseado em Ações estabelecido pela sua acionista controladora, cujo objetivo é alinhar interesses, reter talentos e incentivar o desempenho de longo prazo dos colaboradores elegíveis. No âmbito do Plano, são concedidas opções de compra de ações da Holding aos participantes, que passam a ter o direito de adquirir ações após o cumprimento de condições previamente definidas, tais como período de carência (vesting) e requisitos de permanência. As opções concedidas conferem ao beneficiário o direito de adquirir ações ordinárias da Holding mediante o pagamento de um preço de exercício definido no Plano. As opções possuem caráter personalíssimo, não podem ser transferidas ou cedidas a terceiros e somente podem ser exercidas dentro de prazos determinados pelo Plano. A liquidação se dá exclusivamente mediante subscrição ou aquisição de ações da Holding, não havendo desembolso ou obrigação financeira por parte da Companhia operacional (Ademicon Administradora). O Plano prevê ainda que, em determinadas circunstâncias - como desligamento do beneficiário ou eventos societários relevantes - poderão ocorrer restrições ao exercício, cancelamento de opções não exercidas ou a recompra das ações adquiridas, conforme regras previstas no documento que institui o Plano. Por se tratar de instrumento patrimonial emitido pela Holding e destinado a colaboradores da Companhia operacional, a outorga das opções configura transação entre partes relacionadas para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. No presente exercício, não houve reconhecimento contábil de despesas, ativos ou passivos relacionados ao Plano, sendo realizada apenas a sua divulgação em atendimento às práticas contábeis aplicáveis.

3. GESTÃO DE RISCOS

3.1 Considerações gerais: No curso normal de suas operações, o Grupo está exposto a riscos de mercado - taxa de juros, taxas de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração determina as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, assim como monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. **3.2 Gestão do risco de capital:** O Grupo administra seu capital para assegurar que possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. O Grupo administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2026. **3.3 Gestão do risco de crédito:** O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando o Grupo a incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obtenham garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. Por meio de controles internos, o Grupo monitora permanentemente o nível das suas contas a receber, o que limita o risco de contas inadimplentes. A Administração registra provisão para perdas de créditos esperada utilizando uma abordagem simplificada, baseada na preparação de uma matriz de risco de perda construída a partir de dados históricos. O Grupo não detém nenhuma garantia de crédito para cobrir seus riscos de créditos associados aos seus ativos financeiros. Visando minimizar o risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa, o Grupo concentra a maioria de suas transações de equivalentes de caixa em instituições financeiras de grande porte. **3.4 Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração do Grupo, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. Os índices de liquidez de curto prazo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 podem ser assim sumarizados:

Índice de liquidez	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total do ativo circulante	222.395	1.388	755.608	267.664
Total do passivo circulante	127	39	593.444	655.419
Índice de liquidez do curto prazo	1.751,14	35,59	1,27	0,41

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **3.5 Gestão de risco de taxa de juros:** O Grupo está exposto ao risco de taxa de juros, uma vez que possui aplicações financeiras tanto com taxas de juros prefixadas como com pós-fixadas. Esse risco é administrado pelo Grupo através da manutenção de um "mix" apropriado de aplicações financeiras a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas. Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre as receitas financeiras associadas às aplicações. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI. O Grupo tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2025, o ativo financeiro indexado ao CDI totalizava R\$ 48.198 (R\$ 94.016 em 31 de dezembro de 2024). O Grupo considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante. Em 31 de dezembro de 2025, o CDI acumulado para o período de doze meses foi de 14,32%. Para realização da análise de sensibilidade abaixo, consideramos deterioração da ordem de 25% e 50%, e, portanto, a receita financeira poderia estar sujeita a variações apresentadas no quadro abaixo:

Posição contábil em 31 de dezembro de 2025	Efeito no resultado por Aumento do CDI				
	Baixa do CDI		Alto do CDI		
	Indexador	25%	50%	25%	50%
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	48.198	CDI (1.725)	(3.451)	1.725	3.451
	48.198	(1.725)	(3.451)	1.725	3.451

4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

4.1 Categoria dos instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2025 os instrumentos financeiros estavam classificados conforme categorias a seguir:

Ativos financeiros	Hierarquia do valor justo	Classificação por categoria	Controladora		Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	-	Custo amortizado	-	-	1.170	2.301
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2	VJR	6.361	1.363	48.198	94.016
Instrumentos financeiros derivativos	-	VJR	-	-	-	9.586
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	-	-	20.334	45.988
Empréstimos a grupos	-	Custo amortizado	-	-	959	821
Cotas de consórcio	-	Custo amortizado	-	-	79.725	29.561
Total			6.361	1.363	150.386	182.183
Passivos financeiros						
Fornecedores e contas a pagar	-	Custo amortizado	105	29	102.208	60.693
Instrumentos financeiros derivativos	-	VJR	-	-	-	-
Passivo de contrato	-	Custo amortizado	-	-	881.199	687.346
Total			105	29	983.407	748.039

4.2 Valor justo dos instrumentos financeiros: Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável. A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço patrimonial pelo seu valor contábil, que é equivalente ao seu valor justo. Essa situação acontece em virtude de esses instrumentos financeiros possuírem características similares às que seriam obtidas se fossem negociados no mercado. Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na mensuração do valor justo em três grandes níveis, como segue: • Nível 1. Mercado Ativo: Preço - se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento. • Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio. • Nível 3. Sem Mercado Ativo: "Inputs" para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Não houve alteração de classificação de categoria dos instrumentos financeiros do Grupo em relação às classificações no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Seção C - Informações por segmento**5. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS POR SEGMENTO OPERACIONAL**

O Grupo definiu cinco segmentos operacionais, que são gerenciados separadamente, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pela Administração. As políticas contábeis desses segmentos operacionais estão descritas na Seção E. As informações financeiras da Ademicon Administradora de Consórcios S.A. apresentadas nesta nota foram preparadas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC). As demonstrações financeiras individuais da investida, elaboradas conforme as normas do Banco Central do Brasil (Resolução BCB 120/2021), diferem das informações aqui apresentadas em razão da adoção prospectiva das referidas normas pela investida, enquanto o CPC 23 requer adoção retrospectiva. As principais diferenças concentram-se no reconhecimento de receita de taxa administrativa e nos saldos patrimoniais acumulados desde a data de adoção. As informações financeiras dos segmentos operacionais a serem reportados em 31 de dezembro de 2025 estão demonstrados a seguir:

Ativo	Administração de grupos de consórcio		Securitização de direitos creditórios Seguros		Comercialização de produtos		Intermediação de negócios		Outros (I)	(-) Eliminações	Consolidado
Circulante	740.169	17.140	6.271	1.833	4.920	222.396	(237.121)	755.608			
Não circulante	1.218.608	262	-	-	59.518	176.234	(176.234)	1.278.388			
Total do ativo	1.958.777	17.402	6.271	1.833	64.438	398.630	(413.355)	2.033.996			
Passivo e patrimônio líquido											
Passivo circulante	586.792	17.032	230	1.043	17.643	126	(29.422)	593.444			
Passivo não circulante	1.223.625	-	-	-	16.836	251.612	(207.700)	1.284.373			
Patrimônio líquido	148.359	371	6.041	790	29.960	146.891	(176.233)	156.179			
Total do passivo e patrimônio líquido	1.958.777	17.403	6.271	1.833	64.439	398.629	(413.355)	2.033.996			

(I) A coluna "Outros" refere-se ao resultado das operações da Controladora (Ademicon Holding S.A.).

(b) Demonstração do resultado:

Receitas líquidas	Administração de grupos de consórcio		Securitização de direitos creditórios Seguros		Comercialização de produtos		Intermediação de negócios		Outros (I)	(-) Eliminações	Consolidado
Custos	1.499.747	11.081	3.662	1.215	21.392	-	-	1.537.097			
Lucro bruto	(21.407)	-	-	(960)	-	-	-	(22.367)			
Receitas operacionais (despesas):											
Gerais, administrativas e outras	(623.348)	(10.627)	-	(14)	(5.552)	(1.173)	-	(640.714)			
Outras receitas/despesas operacionais	2.011	(91)	(654)	565	(501)	580.175	(580.059)	1.446			
Lucro operacional	857.003	363	3.008	806	15.339	579.002	(580.059)	875.462			
Resultado financeiro, líquido	(16.043)	(1.580)	606	16	2.918	141	-	(13.942)			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	840.960	(1.217)	3.614	822	18.257	579.143	(580.059)	861.520			
Imposto de renda e contribuição social	(272.367)	(678)	(636)	(250)	(3.656)	-	-	(277.587)			
Lucro (prejuízo) do exercício	568.593	(1.895)	2.978	572	14.601	579.143	(580.059)	583.933			

(I) A coluna "Outros" refere-se ao resultado das operações da Controladora (Ademicon Holding).

Seção D - Políticas Contábeis**6. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS**

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **6.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia, e interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. **(b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **6.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades como depósitos bancários, dinheiro em caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Recursos estes utilizados pelo Grupo para gerenciamento de seus compromissos a curto prazo. **6.3 Imobilizado:** Os bens do ativo imobilizado estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, se aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao fim de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado (taxas médias): Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. **6.4 Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, se aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. **6.5 Arrendamentos:** O Grupo mantém contratos de longo prazo de aluguel de imóveis e veículos, destinados as suas operações. Os ativos e passivos dos arrendamentos são inicialmente mensurados pelo valor presente. Os pagamentos dos arrendamentos são descontados utilizando taxa de juros que a Administração avalia equivalente à de financiamentos necessários para aquisição de bens equivalentes, em ambiente econômico similar e termos e condições equivalentes. Quando os ajustes em pagamentos de arrendamentos baseados em um índice ou taxa são concretizados, o passivo de arrendamento é reavaliado e ajustado em contrapartida ao ativo de direito de uso. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo e depreciados ao longo do prazo do arrendamento pelo método linear, e a depreciação reconhecida no resultado durante o período do arrendamento. **6.6 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração do Grupo revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflete o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um

indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuirão. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente em 31 de dezembro ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo. Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado, na medida em que elimina a perda por redução ao valor recuperável que foi reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. **6.7 Instrumentos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando o Grupo assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos no qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando diretos e/ou obrigações são retidos na transferência pelo Grupo. Passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato no qual é parte. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados. Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como "Resultado financeiro". Os juros pagos referente à empréstimos e financiamentos estão classificados em atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa. Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se o Grupo detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os instrumentos financeiros do Grupo foram classificados da seguinte forma: Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, que inclui as Taxas administrativas, Partes relacionadas e Fornecedores foram classificados como "Custo amortizado". Aplicações financeiras vinculadas foram e instrumentos financeiros derivativos passivos classificados como "Valor justo por meio do resultado". O Grupo avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. O Grupo reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que o Grupo espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, o Grupo aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperada. Portanto, o Grupo não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperada vitais em cada data-base. O Grupo estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. O Grupo considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando ocorre a contemplação, o bem está em posse do cliente e

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 DA ADEMICON HOLDING S.A.

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

classificados no ativo circulante, caso contrário serão apresentados no ativo não circulante. **6.11 Empréstimos:** Refere-se aos empréstimos feitos pela Administradora aos grupos para viabilização do seu encerramento, cumprindo com as contemplações de todos os consorciados ativos. O saldo é líquido da provisão para perdas associadas ao risco de crédito (PCE). Entendem-se como provisões os lançamentos de valores representando uma expectativa de perda de ativos ou estimativas de valores a desembolsar. **6.12 Obrigações Trabalhistas:** (i) *Obrigações com folha de pagamento:* Obrigações com folha de pagamento a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o correspondente serviço seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado, caso a companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado no passado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) *Programa de participação nos lucros e resultados:* A Companhia adota o programa de participação nos lucros e resultados ("PLR") tendo como base critérios de meta de resultado e desempenho operacional. A Companhia efetua a provisão baseada na medição periódica do cumprimento das metas e resultados, respeitando o regime de competência e o reconhecimento da obrigação presente resultante de evento passado no montante estimado de saída de recurso no futuro. **6.13 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **Receita de clientes por atividade:** (i) *Venda de serviços:* A taxa de administração, devida pelos participantes dos grupos de consórcio, é reconhecida como receita por competência do serviço prestado a medida que forem cumpridas as obrigações de performance. (ii) *Receita de corretagens de seguros e intermediação de negócios:* São reconhecidas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer à obrigação de desempenho ao transferir o bem ou serviço prometido ao cliente. São reconhecidas ao longo do tempo em que a obrigação de performance é diluída de forma linear ao longo da vigência do contrato, ou no caso da intermediação, no momento da origem do serviço. (iii) *Venda de produtos:* A receita pela venda de mercadorias é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A companhia adota como política de reconhecimento de receita, por tanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. **Receita financeira:** Além da receita operacional, o Grupo reconhece a receita oriunda dos rendimentos financeiros obtidos em aplicações de curto prazo, com base no princípio da competência. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original das contas a receber. **6.14 Impostos:** **Impostos correntes:** A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. O regime de tributação adotado pelo Grupo está apresentado no quadro abaixo, entre Lucro Real e Lucro Presumido. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL são calculados às alíquotas de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real que exceder R\$ 240 no ano (R\$ 120 no semestre), e 9%, respectivamente.

Empresa	2025	2024
Ademicon Holding S.A.	Presumido	Presumido
Ademicon Administradora de Consórcios S.A.	Real	Real
Ademicon Corretora de Seguros Ltda.	Presumido	Presumido
Ademicon Securitizadora S.A.	Real	Real
Ademicon Comércio Varejista Ltda.	Presumido	Presumido
Ademicon Crédito Serviços e Intermediação de Negócios Ltda.	Presumido	Presumido
Cota Trade Ltda.	Presumido	Presumido
Cotacash Serviços e Consultoria Ltda.	Presumido	Presumido
Recupera Gestão de Crédito Ltda.	Presumido	Presumido

Impostos diferidos: Calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para contribuição sobre diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre regras fiscais e contábeis. Essas diferenças referem-se principalmente ao reconhecimento da receita pelo regime de competência e provisões registradas no balanço patrimonial. Em conformidade com a Resolução BCB nº 120, de 27 de julho de 2021, que dispõe sobre os princípios gerais aplicáveis às administradoras de consórcio e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, incluindo critérios para reconhecimento, mensuração e evidência contábil. Adicionalmente, são observados os Pronunciamentos Técnicos do CPC, especialmente o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, para fins societários. Nos termos do art. 58 da Lei nº 12.973/2014, alterações em métodos e critérios contábeis não produzem efeitos na apuração dos tributos federais até que legislação específica regule a matéria. Como não houve manifestação da Receita Federal sobre os efeitos do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), a apuração do IRPJ e da CSLL permanece conforme as regras fiscais vigentes, assegurando o princípio da neutralidade tributária. - Ativos fiscais diferidos (ISS, PIS, COFINS): representam valores de tributos sobre o lucro recuperáveis em períodos futuros, relacionados a diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais a compensar, desde que haja expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. - Passivos fiscais diferidos (IRPJ e CSLL): correspondem a tributos sobre o lucro devidos em períodos futuros, oriundos de diferenças temporárias tributáveis. A mensuração é feita com base nas alíquotas vigentes na data do balanço, considerando a legislação tributária aplicável. Os saldos são apresentados no Ativo Não Circulante ou Passivo Não Circulante, conforme aplicável. A Companhia reconhece os efeitos das diferenças temporárias nas demonstrações financeiras, sem alterar a base de cálculo dos tributos correntes, em conformidade com a legislação fiscal e com os princípios estabelecidos pela Resolução BCB nº 120/2021. Tributos sobre as vendas: Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: • Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e • Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. **6.15 Distribuição de lucros:** Cada empresa do Grupo reconhece um passivo para pagamento da distribuição de lucros de acordo com a aprovação de seus respectivos sócios das empresas limitadas, cabendo a cada um deles uma parcela do lucro a ser distribuída na proporção de suas quotas. **6.16 Passivos contingentes e obrigações legais:** São reconhecidos na demonstração financeira, quando embasados em opinião de assessoria jurídica, os processos judiciais e/ou administrativos considerados como provável risco de perda, e mensurados com suficiente segurança, ou seja, provável saída de recursos para liquidação das obrigações, são reconhecidos em resultado. Passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível são divulgados apenas em notas explicativas, não sendo reconhecidos em resultado. **6.17 Comissão a apropriar:** O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência, atendendo as disposições do CPC 47, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente. **6.18 Resultados não recorrentes:** Resultados não recorrentes correspondem aos impactos econômicos de eventos que não estejam relacionados com as atividades usuais da instituição ou que não haja previsão que ocorram no futuro. **6.19 Transações envolvendo pagamento baseado em ações:** A Companhia oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores plano de opção de compra de ações. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas. Por se tratar de instrumento patrimonial emitido pela Holding e destinado a colaboradores da Companhia operacional, a outorga das opções configura transação entre partes relacionadas para fins de divulgação nas demonstrações financeiras. No presente exercício, não houve reconhecimento contábil de despesas, ativos ou passivos relacionados ao Plano, sendo realizada apenas a sua divulgação em atendimento às práticas contábeis aplicáveis. A estimativa do valor justo para transações com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado e premissas que dependem dos termos e condições da outorga e das informações disponíveis na data da outorga. A Companhia usa certas metodologias para estimar o valor justo, que incluem o seguinte: • Estimativa do valor justo com base em transações patrimoniais com terceiros perto da data de outorga; • Outras técnicas de avaliação, incluindo modelos de precificação de opções, como modelo binomial. Essas estimativas também exigem a determinação dos dados mais adequados para os modelos de avaliação, incluindo premissas sobre a vida esperada de uma opção de ação ou direito de valorização, volatilidade esperada do preço das ações da Companhia e rendimento de dividendos esperado.

Seção E - Notas explicativas

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	-	-	3	2
Banco conta corrente	-	-	1.167	2.299
Total	-	-	1.170	2.301

8. ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Certificado de Depósito Interbancário	6.361	1.363	48.198	63.050
Fundo de renda fixa	-	-	-	30.966
Total	6.361	1.363	48.198	94.016

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos na data de contratação e classificados conforme a intenção da Administração quanto à sua utilização como instrumentos de proteção ou não, em conformidade com a Circular nº 3.082/2002 do Banco Central do Brasil. A Companhia utiliza derivativos na modalidade swap de moeda, cujo objetivo é proteger, de forma econômica, as operações de captação denominadas em moeda estrangeira, mitigando o risco de exposição cambial. Os vencimentos dos instrumentos derivativos são compatíveis com os vencimentos das operações que têm por finalidade proteger. Embora tais operações se qualifiquem como hedge econômico, não há designação formal para fins de hedge contábil ("hedge accounting"). Assim, conforme previsto na legislação aplicável, os instrumentos derivativos são ajustados ao valor de mercado, e as variações decorrentes da (des)valorização do instrumento e de seu objeto são reconhecidas diretamente no resultado do período, em contas específicas, conforme a Circular nº 3.082/2002. Em 31 de dezembro de 2025, os derivativos contratados pela Companhia foram liquidados pelo seu valor de mercado, conforme a movimentação apresentada a seguir:

Data-base	Notional			Perda na amortização	Saldo final
	Curva CDI (USD/EURO)	Curva juros	Ajuste		
Saldo inicial	221.906	231.493	9.586	(4.662)	9.586
jan/25	224.314	222.272	(10.808)	-	(1.222)
fev/25	226.677	220.473	(4.162)	-	(5.384)
mar/25	168.966	161.986	(3.177)	1.352	(7.209)
abr/25	170.874	159.502	(4.391)	-	(11.601)
mai/25	173.039	162.160	492	-	(11.109)
jun/25	114.794	102.252	(5.437)	3.724	(12.821)
jul/25	116.345	105.553	1.749	-	(11.072)
ago/25	117.852	102.807	(4.252)	-	(15.324)
set/25	58.649	49.824	(1.515)	7.553	(9.286)
out/25	59.442	50.715	99	-	(9.188)
nov/25	60.144	50.504	(913)	-	(10.101)
dez/25	-	-	-	9.633	-
Resultado líquido do período	-	-	(32.315)	22.262	-

10. CONTAS A RECEBER

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	-	-	9.673	39.339
Valores referentes a grupos encerrados	-	-	-	-
Taxas administrativas a receber	-	-	101.796	92.501
(-) Perda de crédito esperada - PCE	-	-	(91.135)	(85.942)
Total	-	-	20.334	45.898
Circulante	-	-	20.072	38.343
Não circulante	-	-	262	7.555

Movimentação da PCE:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	-	-	(85.942)	(86.746)
Adições	-	-	(5.193)	(8.642)
Reversões	-	-	-	9.446
Saldo final	-	-	(91.135)	(85.942)

Observando os critérios dispostos no CPC 48, ao final de cada exercício a Administração avalia se houve aumento significativo no risco de crédito através da comparação do risco de inadimplência entre a data de encerramento do exercício e a data do reconhecimento inicial para avaliação da perda esperada dos recebíveis. Anteriormente essa análise leva em consideração a probabilidade de perda efetiva, apurada com base no prazo de recebimento dos saldos em aberto, onde observava-se que aproximadamente 83% do saldo inadimplente é recuperado em período inferior a dois anos, assim a provisão era constituída a proporção de 17% sobre o total do saldo em aberto, parcela em que a Administração avalia que o risco de perda é significativo.

11. IMPOSTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	40	10	51.342	5.386
PIS e COFINS a recuperar (ii)	1	1	10.646	1
IRRF a recuperar	-	14	80	697
IOF a recuperar	-	-	1	47
INSS a recuperar	-	-	-	2.676
Total	41	25	62.069	8.807

(i) Refere-se principalmente a pagamento a realizado a maior no período de janeiro a dezembro de 2025. O saldo será compensado após o envio da Escrituração Contábil Fiscal (ECF), no mês de julho de 2026. (ii) Os saldos apresentados na rubrica "PIS/COFINS a recuperar" referem-se a créditos apurados no regime não cumulativo, reconhecidos de acordo com a legislação vigente. Os créditos representam valores decorrentes de aquisições de bens e serviços vinculados às atividades da Companhia, bem como outros créditos previstos na legislação, e serão realizados por meio de compensação com débitos próprios ou ressarcimento, conforme aplicável.

12. ADIANTAMENTOS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento de custas judiciais (i)	-	-	6.291	3.495
Adiantamento para despesas diversas	-	-	945	950
Adiantamento registro de garantia	-	-	2.123	2.968
Adiantamento cartão de crédito	-	-	3.492	2.115
Outros adiantamentos	-	-	-	5
Total	-	-	12.851	9.533

(i) Referem-se a despesas relacionadas aos grupos como cobrança, processos de busca e apreensão, e outras da mesma natureza, em que a Ademicon faz o adiantamento dos valores ao grupo, os gastos são registrados, e na ocasião do pagamento da parcela pelo cliente o valor é reembolsado para Ademicon.

13. DESPESAS ANTECIPADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Comissões a apropriar (i)	-	-	1.685.068	1.046.793
Seguros	-	-	11	7
Total	-	-	1.685.079	1.046.800
Circulante	-	-	610.244	102.817
Não circulante	-	-	1.074.835	943.983

(i) O diferimento das comissões é realizado pelo regime de competência conforme aplicação do CPC 47, passando a ser reconhecida e registrada pelo prazo de contrato com o cliente o qual pode chegar até 240 meses.

17.1 Movimentação dos investimentos: A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

	Ademicon Administradora de Consórcios S.A.		Ademicon Securitizadora S.A.		Ademicon Comércio Varejista Ltda.		Ademicon Corretora de Seguros Ltda.		Ademicon Serviços e Intermediações de Negócios Ltda.		Cota Cash Services e Consultoria Ltda.		Cota Trade Ltda.		Recupera Gestão de Crédito Ltda.	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
% de participação	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	66,36%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saldo inicial do investimento	96.825	88	24	1.376	250	6.307	-	104.870	-	104.870	-	104.870	-	104.870	-	104.870
Resultado da investida no exercício	286.284	2.178	194	2.687	233	(5) 15.866	706	308.143	706	308.143	706	308.805	706	308.805	706	308.805
Equivalência patrimonial	286.284	2.178	194	2.686	233	(5) 10.529	706	302.805	706	302.805	706	302.805	706	302.805	706	302.805
Integralização de capital social	(248.430)	-	-	-	-	-	-	(248.430)	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	10	-	1	11	11	11	11	11	11	11	11
Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do investimento em 31/12/2024	134.679	2.266	218	4.062	483	5 16.836	707	159.256	707	159.256	707	159.256	707	159.256	707	159.256
% de participação	100,00%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	66,36%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Patrimônio líquido da investida	145.468	371	792	6.041	875	1.475 27.611	2.889	185.522	2.889	185.522	2.889	185.522	2.889	185.522	2.889	185.522
Resultado da investida no período	566.409	(1.895)	574	2.979	391	(31) 14.241	2.183	584.851	2.183	584.851	2.183	584.851	2.183	584.851	2.183	584.851
Equivalência patrimonial	566.408	(1.895)	574	2.979	392	(30) 9.450	2.182	580.600	2.182	580.600	2.182	580.600	2.182	580.600	2.182	580.600
Ajuste adoção Resolução BCB 352	81	-	-	-	-	-	-	81	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	(555.700)	-	-	(1.000)	-	(7.963)	-	(564.663)	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	-	-	-	-	1.500	-	1.500	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo do investimento em 31/12/2025	145.468	371	792	6.041	875	1.475 18.323	2.889	176.234	2.889	176.234	2.889	176.234	2.889	176.234	2.889	176.234

18. ARRENDAMENTOS

A movimentação dos saldos ocorrida no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

Ativo de direito de uso	Passivo de arrendamento	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo em 31/12/2024	7.911	7.911
(+) Ajustes contratuais	(352)	496
(-) Depreciação	(1.916)	-
Ajuste a valor presente	847	847
(-) Pagamentos	-	(2.428)
Saldo em 31/12/2025	6.490	6.828
Circulante	-	1.757
Não circulante	6.490	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 DA ADEMICON HOLDING S.A.									
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma									
23. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS									
	Controladora		Consolidado						
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Salários a pagar	-	-	2.190	1.730					
INSS a pagar	-	-	690	572					
FGTS a pagar	-	-	12.917	11.619					
Total	-	-	15.797	13.921					
24. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS									
	Controladora		Consolidado						
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
ISS a recolher	-	-	1.065	3.030					
PIS e COFINS a recolher	10	-	124	4.109					
IRRF a recolher	10	3	1.658	2.054					
CSRF a recolher	-	-	139	91					
ICMS a recolher	-	-	14	5					
INSS sobre serviços de terceiro	-	-	480	661					
Impostos retidos a recolher	-	-	149	-					
Total	20	3	3.629	9.950					
25. PASSIVO DE CONTRATO									
	Controladora		Consolidado						
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Taxa administrativa lance recebido	-	-	562.920	421.916					
Taxa administrativa antecipada	-	-	318.279	265.430					
Total	-	-	881.199	687.346					
Circulante	-	-	151.899	305.550					
Não circulante	-	-	729.300	381.796					
26. OUTROS PASSIVOS									
	Controladora		Consolidado						
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Viagens e incentivo comercial	-	-	12.801	12.113					
Campanhas comerciais	-	-	-	6.045					
Recursos de grupos de consórcio	-	-	-	24					
Valores a repassar	-	-	137	16					
Total	-	-	12.938	18.198					
Passivo não circulante	-	-	-	-					
Recursos FGTS a repassar	-	-	1.218	1.137					
Total	-	-	1.218	1.137					
27. RECURSOS NÃO PROCURADOS									
	Controladora		Consolidado						
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Recursos não procurados de grupos encerrados	-	-	1.925	1.774					
Total	-	-	1.925	1.774					
28. CONTINGÊNCIAS									
As empresas do Grupo são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletam a saída de recursos esperada. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo das provisões para contingências está composto conforme demonstrado a seguir:									
	Cível		Trabalhista						
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.428		170						
Constituição	11.147		990						
(-) Reversões	(2.937)		(998)						
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.638		162						
Em 31 de dezembro de 2025 existem ações de natureza cível e tributária, no montante de R\$ 875 (R\$ 639 em 31 de dezembro de 2024) que, de acordo com os assessores jurídicos do Grupo, o prognóstico de perda é classificado como possível. Adicionalmente, as empresas do Grupo possuem saldos de depósitos judiciais, relacionados aos processos em andamento, demonstrados a seguir:									
	Controladora		Consolidado						
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Cíveis	-	-	903	871					
Trabalhistas	-	-	56	94					
Total	-	-	959	965					
29. DIVIDENDOS									
29.1 Dividendos a receber de controladas:									
	Controladora		Consolidado						
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Dividendos a receber	207.700	-	-	-					
Total	207.700	-	-	-					
Movimentação dos dividendos ao longo do exercício:									
	Subsidiária	Administradora	Cota Trade	Corretora	Total				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-	-	-	-				
Deliberados em 2025 referentes a lucros de 2024	61.202	7.961	1.000	1.000	70.163				
Pagos em 2025 referentes aos lucros de 2024	(61.202)	(7.961)	-	(1.000)	(70.163)				
Deliberados em 2025 referentes a lucros de 2025	494.498	-	-	-	494.498				
Pagos em 2025 referentes aos lucros de 2025	(286.798)	-	-	-	(286.798)				
Saldo em 31 de dezembro de 2025	207.700	-	-	-	207.700				
29.2 Dividendos a pagar:									
	Controladora		Consolidado						
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024					
Dividendos a pagar	251.611	-	251.611	-					
Total	251.611	-	251.611	-					
Movimentação dos dividendos no período:									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-		-						
Deliberados em 2025 referentes aos lucros de 2024	-		53.652						
Pagos em 2025 referentes aos lucros de 2024	-		(53.652)						
Deliberados em 2025 referentes aos lucros intermediários de 2025	-		553.922						
Pagos em 2025 referentes aos lucros intermediários de 2025	-		(302.310)						
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-		251.611						
30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
(a) Capital social: Conforme Ata da Reunião de Conselho de Administração realizada em 03 de novembro de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite autorizado, nos termos do §3º do art. 7º do Estatuto Social da Companhia, dos atuais R\$ 84.321.843,46 (oitenta e quatro milhões, trezentos e vinte e um mil, oitocentos e quarenta e três reais e quarenta e seis centavos) para R\$ 98.941.777,41 (noventa e um milhões, novecentos e quarenta e um mil, setecentos e setenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), com um aumento no valor de R\$ 14.619.933,95 (quatorze milhões, seiscentos e dezenove mil, novecentos e trinta e três reais e noventa e cinco centavos), mediante a emissão de 1.943.851									

(um milhão, novecentas e quarenta e três mil, oitocentas e cinquenta e uma) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas. A composição do capital social em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

Categoria de acionistas	31/12/2025			31/12/2024		
	Participação	Quantidade de ações	Capital social	Participação	Quantidade de ações	Capital social
Acionistas controladores	68,16%	122.677.313	64.364	68,30%	121.605.026	57.597
Fundos de investimento	22,14%	39.844.300	20.905	22,38%	39.844.300	18.871
Acionistas minoritários	9,70%	17.455.052	13.673	9,31%	16.583.488	7.854
Capital integralizado	100,00%	179.976.665	98.942	100,00%	178.032.814	84.322
(-) Capital a integralizar	0,00%	-	(100)	0,00%	-	(100)
Total	100,00%	179.976.665	98.842	100%	178.032.814	84.222

(b) Ajuste de avaliação patrimonial: O ajuste da avaliação patrimonial é o resultado do valor da avaliação dos bens em relação ao seu valor justo. O saldo do ajuste de avaliação patrimonial foi gerado na contribuição de ações realizada em 31 de dezembro de 2022, das ações da Ademicon Administradora de Consórcios S.A., na ADEMICON HOLDING. **(c) Reserva Legal:** Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025 está representada pelo montante de R\$ 19.768, constituída a partir do lucro líquido auferido no exercício, limitada a 20% do valor do capital social integralizado. **(d) Reserva de lucros e distribuição de dividendos:** A administração é responsável pela destinação do lucro de acordo com o estatuto social ou seu instrumento legal e pela observância da legislação societária que trata do assunto e foi dado cumprimento ao estabelecido. Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, rateado pelas ações em que se dividir o capital do Grupo. Em 31 de dezembro de 2025, após constituição de reserva legal, a Companhia apresenta o montante de R\$ 20.546 registrado na rubrica de reserva de lucros.

31. LUCRO POR AÇÃO

A Companhia não possui instrumentos diluidores, dessa forma, o número de ações usado para calcular o lucro diluído por ação das ações ordinárias atribuído aos acionistas ordinários é o mesmo que o número de ações usado para calcular o lucro básico por ação das ações ordinárias atribuído aos acionistas para o período apresentado. O lucro por lote de mil ações da Controladora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Básico		
Lucro do período	579.143	301.862
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	179.977	178.033
Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias	3.21788	1.69554
Diluído		
Lucro do período	579.143	301.862
Média ponderada de ações ordinárias em circulação	179.977	178.033
Lucro atribuído aos detentores de ações ordinárias	3.21788	1.69554

32. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta de vendas				
Receita de administração de grupos de consórcio	-	-	1.587.152	966.424
Receita de securitização de direitos creditórios	-	-	11.644	7.340
Receita de seguros	-	-	3.902	2.999
Receita de comercialização de produtos	-	-	1.545	942
Receita de intermediação de negócios	-	-	26.003	20.624
Total	-	-	1.630.246	998.329

(-) Impostos e contribuições correntes

ICMS sobre faturamento	-	-	(262)	(157)
ISS sobre faturamento	-	-	(37.377)	(23.312)
PIS e COFINS sobre faturamento	-	-	(76.407)	(50.865)
Total	-	-	(114.046)	(74.334)

(+) Impostos e contribuições diferidos

ISS	-	-	3.715	2.869
COFINS	-	-	14.117	10.902
PIS	-	-	3.065	2.367
Total	-	-	20.897	16.138

Receita líquida de vendas

	-	-	1.537.097	940.133
--	---	---	------------------	----------------

33. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Comissões	-	(40)	(364.190)	(243.145)
Despesas de marketing e propaganda	-	-	(87.357)	(66.418)
Despesas com incentivos/patrocínios comerciais	-	-	(45.700)	(45.985)
Despesas com pessoal	-	-	(78.477)	(67.569)
Serviços de terceiros	(940)	-	(17.149)	(11.909)
Despesas com processamento de dados	-	-	(21.573)	(21.209)
Impostos e taxas	(3)	(844)	(354)	(1.169)
Despesas de aluguel/utilidades	-	-	(5.548)	(6.742)
Despesas de transporte/viagens	-	-	(5.430)	(5.280)
Depreciação e amortização	-	-	(7.658)	(8.655)
Despesas com contingências	-	-	(8.149)	(1.073)
Perda na alienação de ativos financeiros	-	-	(10.317)	-
Custo dos produtos vendidos	-	-	(960)	-
Seguros	(173)	(173)	(249)	(252)
Outras	(56)	(47)	(9.970)	(3.321)
Total	(1.172)	(1.104)	(663.081)	(479.727)
Custo dos serviços prestados	-	-	(22.367)	(15.249)
Despesas gerais e administrativas	(1.172)	(1.064)	(266.315)	(221.412)
Despesas com vendas	-	(40)	(374.399)	(243.066)
Total	(1.172)	(1.104)	(663.081)	(479.727)

34. RESULTADO FINANCEIRO, LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
Descrição	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	162	251	15.634	11.297
Rendimentos com instrumentos derivativos ativos	-	-	25.890	24.397
Varição monetária ativa	-	-	-	523
Ganho com variação cambial	-	-	28.640	5.118
Juros ativos	-	-	139	111
Total	162	251	70.303	41.446

(-) Despesas financeiras

Despesas bancárias	(3)	(4)	(3.981)	(5.342)
Juros passivos	(2)	-	(14.393)	(10.696)
Varição monetária passiva	-	-	(640)	(1.392)
Resultado com instrumentos derivativos passivos	-	-	(58.206)	(2.440)
Perda com variação cambial	-	-	(5.562)	(28.061)
IOF	(8)	(25)	(528)	(432)
Ajuste a valor presente	-	-	(847)	(312)
Outras	(8)	-	(88)	(628)
Total	(21)	(29)	(84.245)	(49.303)
Resultado financeiro, líquido	141	222	(13.942)	(7.857)

DIRETORIA

Tatiana Schuchovsky - Diretora Presidente	Guilherme Carrasco - Diretor Vice-Presidente	Jorge Mancia - Diretor Financeiro	Francisco Dallabona - CRC: PR - 082307/O
---	--	-----------------------------------	--

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos

35. IM

Documento final gerado em 09/04/2026 00:00:19

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: f9963974d5148d0d08d0848d13e286426a8cf71ffd17f8853850c6c1bf9930f9



Assinatura

Assinado em: 09/04/2026 00:00:26

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: db24b6eb9b69e12331cc4d61bb1ea753



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.44.200	-25.442480997254 , -49.2558096034	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



SPORTS MEDIA ENTERTAINMENT S/A

CNPJ/MF nº 50.728.810/0001-37

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais			
Ativos	Nota	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	4	72.298	7.512
Aplicações financeiras de curto prazo	5	109.526	191.152
Adiantamentos	9	235	30.114
Contas a receber	6	129.167	20.690
Outras contas a receber	7	-	34.050
Impostos a recuperar	8	5.444	1.778
Total do ativo circulante		316.670	285.296
Aplicações financeiras de longo prazo	5	151.021	158.989
Adiantamentos	9	5.230	-
Contas a receber	6	134.755	84.848
Imobilizável	45	11	-
Intangível	10	1.717.137	2.595.205
Total do ativo não circulante		2.008.188	2.839.053
Total do ativo		2.324.858	3.124.349

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado do exercício				Demonstrações do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais				Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais			
	Nota	2025	2024		Nota	2025	2024
Receita líquida de vendas	16	193.637	-	Prejuízo do exercício		(56.681)	(104.822)
Custo dos serviços prestados	17	(61.857)	-	Outros resultados abrangentes		-	-
Lucro bruto		131.780	-	Resultado abrangente		(56.681)	(104.822)
Outras receitas	7 (iv)	-	4.362	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.		-	-
Despesas administrativas	18	(4.211)	(2.698)	Demonstração das mutações do patrimônio líquido			
Outras despesas		(3.658)	-	Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais			
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos		123.911	1.664				
Receitas financeiras		65.970	19.922				
Despesas financeiras		(246.562)	(126.408)				
Despesas financeiras líquidas		(180.592)	(106.486)				
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(56.681)	(104.822)				
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	20	-	-				
Prejuízo do exercício		(56.681)	(104.822)				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.							

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

1. Contexto operacional

A Sports Media Entertainment S.A. ("Companhia" ou "Sports Media" ou "SME"), é uma sociedade anônima constituída em 18 de maio de 2023, com sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, localizada na Rua General Mário Tourinho, nº 1.805, sala 1901, Condomínio LakeSide Corporate, Campina do Siqueira, CEP 80740-015.

Conforme disposto em seu estatuto social, a Companhia tem como objeto social:

- A participação em outras sociedades ou condomínios, na qualidade de acionista, quotista ou condômino;
- A negociação, autorização, captação, fixação, emissão, transmissão, retransmissão ou reprodução de sons e imagens de espetáculos desportivos, por meio de plataformas televisivas, digitais, móveis, internet ou outras tecnologias atuais e futuras;
- A promoção e exploração comercial dos seus direitos de arena e das propriedades comerciais;
- A criação e comercialização de produtos digitais e interativos, tais como *fantasy games*, jogos eletrônicos e criptoativos (incluindo NFTs);
- O licenciamento e uso de dados estatísticos, direitos de propriedade intelectual e imagens de arquivo relacionados aos eventos e aos clubes detentores de direitos.

As atividades operacionais da Companhia estão estruturadas para maximizar o valor econômico dos Direitos, através de estratégias integradas de mídia, marketing e inovação tecnológica, com o propósito específico de explorar economicamente os Direitos de Arena, conforme definido no artigo 42-A, §1º da Lei nº 9.615/98 e no artigo 160 da Lei nº 14.597/23, bem como as propriedades comerciais a eles vinculadas, doravante referidos conjuntamente como "Direitos".

Com este objetivo, a Sports Media celebrou acordos de investimentos com clubes de futebol e com a Futebol Forte União ("FFU"), anteriormente denominada "LFU" Liga Forte União, adquirindo entre 10% e 20% dos Direitos dos clubes para as temporadas de 2025 a 2024 do Campeonato Brasileiro de Futebol das Séries A e B. Estes percentuais adquiridos, juntamente com o remanescente dos Direitos detidos pelos clubes, são administrados em conjunto sob a forma de um condomínio, conforme o artigo 1.314 do Código Civil.

O condomínio firmou contratos de transmissão junto aos *players* de transmissão, sendo estas Globo, Record, Amazon, Youtube e ESPN. Estes contratos têm vigência entre 3 e 5 anos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Sports Media registrava prejuízos acumulados de R\$ 167.622, referentes ao período de 31 meses desde a sua constituição. Nessa data, o ativo circulante superava o passivo circulante em R\$ 16.614 (R\$ 868.141) em 2024). A melhor nos indicadores de performance indica que a empresa iniciou o ciclo de receitas após o período de investimentos iniciais e alcançou assim os objetivos financeiros esperados para 2025. Ainda que tais indicadores mereçam atenção, a administração vem adotando medidas para garantir a continuidade operacional da Companhia, especialmente em função do início do exercício dos direitos de transmissão ao longo de 2025.

Dentre essas medidas, destaca-se a execução das opções de venda previstas nos acordos firmados com os clubes de futebol. Conforme previsto no *Memorando de Recompra Consolidado*, a Companhia exerceu, de forma irrevogável e irretirável, as opções de compra e venda dos seus direitos de participação, destacamos detalhes na nota explicativa nº. 8.

Essas operações permitiram a compensação automática de parte dos valores devidos aos clubes, com consequente quitação mútua das obrigações financeiras associadas aos contratos de investimento, excetuando-se dívidas remanescentes pontuais a serem liquidadas de acordo com cláusulas específicas.

Paralelamente, a Companhia identificou a necessidade de reforçar sua estrutura de capital de giro para o cumprimento de obrigações futuras. Nesse contexto, os acionistas promoveram a liquidação da 2ª emissão de debêntures (Farallon), após análises financeiras que evidenciaram seu custo elevado, e realizaram a 3ª emissão de debêntures junto ao Banco Itaú, em condições mais vantajosas para a Companhia. Adicionalmente, foram realizados aportes a título de adiantamento para futuro aumento de capital, bem como emissões de notas comerciais, assegurando recursos para o atendimento das obrigações imediatas e a continuidade operacional sem interrupções. Ressalta-se que os mútuos foram integralmente quitados em 2025, não havendo necessidade de novos aportes. Os detalhes dessas operações estão descritos nas Notas Explicativas nº 3.5 e nº 13. Adicionalmente, a administração mantém diálogo contínuo com credores e *stakeholders*, promovendo transparência quanto à situação financeira e às ações de mitigação de riscos de desconformidade operacional.

Por fim, a Companhia reafirma seu compromisso com a transparência, responsabilidade e integridade na condução dos negócios, adotando todas as ações necessárias para garantir sua estabilidade financeira e operacional.

Reforma tributária

Em 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132, que institui a reforma do sistema tributário sobre o consumo no Brasil, prevendo a substituição gradativa de tributos como PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), bem como a criação do Imposto Seletivo, (IS).

Conforme o cronograma constitucional de transição, a implementação da nova sistemática ocorrerá de forma gradual. Especificamente em 2026, não haverá substituição efetiva dos tributos atualmente vigentes, estando prevista apenas a fase inicial de testes e operacionalização do novo modelo, sem alteração da carga tributária ou da sistemática de apuração que produza efeitos contábeis e financeiros relevantes nesse exercício.

Dessa forma, a Administração da Companhia avaliou os possíveis reflexos da reforma e concluiu que não há impactos nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2025 e 2026, tampouco necessidade de reconhecimento de provisões ou ajustes contábeis relacionados à matéria nesses períodos.

A Companhia permanece acompanhando a regulamentação infraconstitucional e demais normativos aplicáveis, sendo que eventuais impactos contábeis, operacionais e financeiros serão avaliados de forma mais abrangente a partir do exercício de 2027, quando a nova sistemática tributária passará a produzir efeitos mais relevantes.

A Administração entende que, até o presente momento, a divulgação acima é suficiente para adequada evidencição do tema nas demonstrações financeiras.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A autorização para emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 31 de março de 2026.

As políticas contábeis materiais adotadas pelo Companhia, bem como eventuais alterações ocorridas no exercício, estão descritas nas Notas Explicativas 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

• **Nota explicativa 10** - Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, conforme detalhado na nota 8.

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Para fins de elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adota como política contábil o reconhecimento de caixa e equivalentes de caixa conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

São classificadas nessa rubrica os saldos de disponibilidades imediatas, incluindo numerário em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros de curto prazo com alta liquidez, vencimento original igual ou inferior a três meses, e insignificante risco de alteração de valor. Tais ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo custo acrescido de rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável, e são utilizados pela Companhia para gestão de sua liquidez de curto prazo.

3.2. Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de ajustes por perda no valor recuperável. O custo inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição e preparação do bem para o uso em condições operacionais.

A depreciação do imobilizado concentra-se em equipamentos de informática. A depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens,

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(56.681)	(104.822)
Ajustes para conciliar o prejuízo gerado ao caixa nas atividades operacionais			
Juros sobre mútuos	13	8.641	9.534
Juros sobre empréstimos	11	2.639	9.470
Juros sobre debêntures	12	215.093	102.741
Juros sobre contas a receber		(26.792)	-
Outros juros		1.126	-
Descontos e abatimentos		(1.333)	-
Encargos financeiros sobre debêntures	12	17.560	2.149
Depreciação e amortização	18	61.862	1
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Adiantamentos		24.649	(29.764)
Impostos a recuperar		(3.666)	(1.778)
Contas a receber		111.894	522
Outros ativos		34.050	(34.050)
Fornecedores		(162)	169
Obrigações tributárias		6.381	108
Obrigações a pagar com clubes		(144.471)	(472.638)
Demais obrigações e outros passivos		12.029	37.094
Caixa gerado (aplicado) nas operações		262.819	(481.264)
Juros pagos sobre empréstimos	11	(6.178)	(3.142)
Juros pagos sobre debêntures	12	(198.605)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		58.036	(484.406)

Fluxo de caixa das atividades de investimento

Aquisição de imobilizado, intangível e direito de uso

Resgate (investimentos) em aplicações financeiras de curto e longo prazo

	Nota	2025	2024
Aquisição de imobilizado, intangível e direito de uso	10	(215.639)	(47.273)
Resgate (investimentos) em aplicações financeiras de curto e longo prazo	5	89.594	(350.141)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(126.045)	(397.414)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Captação de recursos - empréstimos

Captação de recursos - mútuos e notas comerciais

Pagamento de empréstimos e financiamentos

Pagamento de mútuos

Emissão de debêntures

Custo de transação relacionados a debêntures

Pagamento de debêntures

Adiantamento para futuro aumento de capital social

	Nota	2025	2024
Captação de recursos - empréstimos	11	-	102.355
Captação de recursos - mútuos e notas comerciais	13	141.374	126.240
Pagamento de empréstimos e financiamentos	11	(39.221)	(117.048)
Pagamento de mútuos	12	(144.071)	-
Emissão de debêntures	12	950.000	788.226
Custo de transação relacionados a debêntures	12	(21.711)	(17.365)
Pagamento de debêntures	12	(757.576)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital social		4.000	2
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		132.795	882.410
Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		64.786	590
Caixa e equivalentes de caixa no exercício anterior		7.512	6.922
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		72.298	7.512

desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

A Companhia classifica os ativos financeiros nas seguintes categorias:

Ativos financeiros a custo amortizado	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e às variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia realizar transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Valor Recuperável de Instrumentos Financeiros

A Companhia avalia, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A avaliação do valor recuperável segue o modelo de perda esperada de crédito (Expected Credit Loss - ECL), conforme o CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

Ativos financeiros ao custo amortizado: a perda esperada é reconhecida com base nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida do ativo, considerando informações históricas, atuais e projeções futuras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: a perda esperada é reconhecida no resultado abrangente, sem afetar o resultado do período.

3.6.1. Contas a receber

As contas a receber da Companhia referem-se a valores contratuais a receber decorrente da execução da opção de compra dos direitos de diversos clubes.

Esses ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor acordado e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado com base no método dos juros efetivos, conforme CPC 48 - Instrumentos Financeiros.

A Companhia avalia periodicamente a capacidade de realização desses créditos. Em conformidade com o modelo de perda esperada de crédito (Expected Credit Loss - ECL), é constituída provisão para perdas, sempre que identificados riscos relevantes de inadimplimento por parte do investidor. Em 2025 foram aplicados o reconhecimento contábil de Ajustes de Preço de 2025 e 2026, conforme descritos no Acordo de Investimentos.

Os valores com vencimento no exercício seguinte são apresentados no ativo circulante; aqueles com vencimento superior a 12 meses são classificados no ativo não circulante. Juros incidentes entre a data do contrato e os vencimentos previstos são apropriados em base pro rata temporis.

3.6.2. Direitos a receber com clubes e obrigações a pagar com clubes

A Companhia celebrou acordos com os clubes integrantes da Liga Forte União "LFU", com o objetivo de adquirir, administrar e explorar economicamente os direitos de transmissão e propriedades comerciais relacionadas ao Campeonato Brasileiro de Futebol - Séries A e B, a partir da temporada de 2025.

Os principais instrumentos regulatórios dessas relações são:

- Acordo de Investimento celebrado entre os Clubes da Liga Forte Futebol do Brasil (LFF), atualmente Forte Futebol União (FFU) e a Companhia ("Investidor"), firmado em 30 de junho de 2023 e visa estabelecer uma parceria estratégica para o desenvolvimento e valorização do futebol. Por meio deste contrato, o investidor adquiriu 20% dos direitos econômicos e comerciais de titularidade desses clubes, relacionados às receitas de transmissão e propriedades de campo.
- Acordo de Investimento, firmado inicialmente em 3 de julho de 2023 entre o investidor (Seringenti Onça Acquisition LLC e LCP Gestora de Recursos Ltda.) e os clubes Vasco SAF, S.A.F. Botafogo, Cruzeiro SAF e Coritiba SAF ("Clubes União"). Por meio deste contrato, o investidor adquiriu 20% dos direitos econômicos e comerciais de titularidade desses clubes, relacionados às receitas de transmissão e propriedades de campo.

Em conjunto, os acordos são denominados "LFU", atualmente "FFU".

Ao longo do período subsequente, o contrato foi aditado em diversas ocasiões, com ajustes nas condições de fechamento, vencimentos de parcelas, instituição de garantias e reestruturação dos percentuais de participação do investidor, incluindo opções de recompra atribuídas aos clubes.

>>> continua



SPORTS MEDIA ENTERTAINMENT S/A

CNPJ/MF nº 50.728.810/0001-37

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

Na data-base das demonstrações financeiras, os valores relacionados à aquisição de direitos foram reconhecidos no ativo não circulante, como intangível, e estão sujeitos à amortização conforme o prazo das temporadas contratadas, a partir de 2025 (nota explicativa 3.3 e 10). As parcelas a receber foram contabilizadas no ativo circulante e as obrigações de pagamento assumidas com os clubes foram registradas como passivos contratuais (nota explicativa 7).

3.6.3. Debêntures

a) Classificação e Natureza dos Instrumentos

A Companhia possui uma emissão de debênture conversível em ações, classificada como instrumento financeiro composto, conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 39 - *Instrumentos Financeiros: Apresentação*, em virtude de possuir característica de passivo financeiro (obrigação contratual de pagamento) e de patrimônio líquido (potencial conversibilidade em ações da emissora).

Conforme o disposto nos itens 28 a 32 do CPC 39, os instrumentos financeiros compostos são desmembrados, no momento inicial, entre a parte passiva (mensurada pelo valor presente dos fluxos futuros contratualmente obrigatórios, descontados à taxa de mercado aplicável) e a parte patrimonial (mensurada como o valor residual, quando aplicável). No caso concreto, a opção de conversão tem valor justo atribuído igual a zero, e deve ser classificada integralmente como passivo financeiro avaliado ao custo amortizado, uma vez que não há obrigação contratual de entrega de ações em condições normais de operação. Dessa forma, não se faz necessário o seu registro no patrimônio líquido, uma vez que o controle de conversibilidade está sob o poder da Emissora e os debenturistas são terceiros independentes (não acionistas).

b) Reconhecimento da Remuneração

Primeira emissão:

A remuneração das debêntures compreende duas parcelas:

- **Remuneração Fixa:** Reconhecida mensalmente, como despesa financeira pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo.
- **Remuneração Variável:** Reconhecida anualmente, em dezembro, apenas se houver lucro líquido e disponibilidade de caixa superior às obrigações da remuneração fixa do exercício anterior. Tal reconhecimento segue o regime de competência e está condicionado ao fato gerador específico (lucro e caixa excedente), evitando a antecipação contábil indevida de passivo e despesa.

Segunda emissão:

- **Remuneração Fixa:** Reconhecida mensalmente como despesa financeira pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo.

Terceira Emissão:

- **Remuneração Fixa:** Reconhecida mensalmente como despesa financeira pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo.

c) Conversibilidade e Classificação Patrimonial

Apesar da cláusula de conversão em ações, as debêntures não apresentam valor atribuível ao componente patrimonial no reconhecimento inicial, dado que a opção de conversão possui valor justo igual a zero. Assim, para fins contábeis, todo o valor é reconhecido como passivo financeiro.

3.7. Demais ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando se trata de um recurso controlado pela Companhia, oriundo de eventos passados, e do qual se espera a geração de benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou resultante de um evento anterior, sendo provável que um recurso econômico seja necessário para sua quitação. Esses passivos podem incluir, quando pertinente, os encargos correspondentes e as variações monetárias ou cambiais ocorridas.

As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável dentro dos próximos 12 meses. Caso contrário, são classificados como não circulantes.

3.8. Receita de vendas

A Companhia auferir receitas, substancialmente, decorrentes da exploração de direitos de mídia, patrocínio, publicidade e demais contratos comerciais vinculados à realização de campeonatos esportivos.

(a) Obrigação de desempenho

Nos contratos celebrados com clubes, patrocinadores e demais parceiros comerciais, a obrigação de desempenho consiste na disponibilização de direitos de exposição, transmissão e demais entregáveis vinculados à realização das partidas ao longo da temporada do campeonato.

A Administração entende que a obrigação é satisfeita ao longo do tempo, na medida em que os jogos são realizados e os direitos contratados são efetivamente disponibilizados.

(b) Critério de mensuração do progresso

A receita é reconhecida com base na curva de realização dos jogos (por rodada), considerando:

- A quantidade de partidas realizadas no período;
- A distribuição mensal das rodadas ao longo da competição;
- As variáveis contratuais aplicáveis, incluindo diferenciações entre clubes participantes de diferentes séries (ex.: Série A e Série B) e demais critérios previstos nos contratos.

Dessa forma, a receita é apropriada proporcionalmente ao número de jogos realizados em relação ao total contratado, refletindo o padrão de transferência dos benefícios ao cliente.

(c) Determinação do valor da contraprestação

Os valores individuais atribuíveis a cada clube e/ou partida são definidos com base nos contratos firmados, podendo conter componentes fixos e variáveis. Em razão das especificidades contratuais e eventuais cláusulas variáveis, a mensuração da receita envolve julgamentos da Administração quanto à estimativa da contraprestação total a que a Companhia espera ter direito.

(d) Receitas antecipadas

Os valores recebidos antecipadamente são registrados como passivo contratual (Antecipação do Direito de arena e propriedades - nota explicativa nº 8.) e apropriados ao resultado conforme a realização das rodadas.

(e) Julgamentos e estimativas

A aplicação desta política requer o uso de estimativas relacionadas:

- a definição da contraprestação total do contrato;
- a mensuração do progresso com base no cronograma oficial das rodadas;
- e eventuais alterações no calendário do campeonato.

A Administração entende que o método adotado reflete adequadamente a substância econômica dos contratos e o desempenho da Companhia ao longo da competição.

3.9. Imposto de renda e Contribuição social corrente

O Imposto de Renda sobre a Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das sociedades estabelecidas no Brasil são calculados com base nas seguintes alíquotas:

- **IRPJ:** A alíquota básica é de 15% sobre o lucro tributável. Além disso, aplica-se um adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$ 240.000,00, resultando em uma carga tributária efetiva que pode ser superior em função desse adicional.

- **CSLL:** A alíquota para a CSLL é de 9% sobre o lucro tributável.

Ambos os tributos consideram a compensação de prejuízos fiscais acumulados e a base negativa de contribuição social, respeitando o limite de 30% do lucro real apurado, quando aplicável. Esta compensação permite que a Companhia utilize prejuízos de exercícios anteriores para reduzir sua carga tributária, contribuindo para uma maior eficiência fiscal.

No exercício de 2025, a Companhia optou pelo regime de tributação com base no Lucro Real, adicionalmente, a Companhia registrou prejuízo no exercício corrente, o que impactou a apuração dos impostos devidos, resultando na inexistência de débitos tributários. A Companhia não registrou impostos diferidos, em função das incertezas de projeção de resultados.

3.10. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas no resultado do período em que são incorridas, pelo regime de competência, conforme as disposições dos pronunciamentos técnicos CPC 48 e demais normas aplicáveis.

Receitas financeiras

As receitas financeiras incluem os rendimentos provenientes de:

- Aplicações financeiras remuneradas por juros (ex.: CDBs, fundos de renda fixa e outros instrumentos de renda fixa); e
- Atualizações monetárias de ativos financeiros;

Tais receitas são mensuradas com base no custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

Despesas financeiras

As despesas financeiras incluem os encargos decorrentes de:

- Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros passivos financeiros;
- Atualizações monetárias e variações cambiais passivas sobre passivos financeiros;
- Ajustes a valor justo de passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (FVTPL), quando aplicável;
- Outras despesas bancárias e financeiras relacionadas à gestão da estrutura de capital da Companhia.

3.11. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de sobras ou perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações CPC 48 e CPC 40);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40).

4. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades estão compostas por valores mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata, com risco insignificante de mudança de valor.

	2025	2024
Bancos conta movimento	72.298	7.418
Aplicações financeiras (I)	-	94
	72.298	7.512

	2025	2024
Aplicações de curto prazo	109.526	191.152
Aplicações de longo prazo	151.021	158.989
	260.547	350.141

(I) Certificados de depósitos bancário e fundos de investimento renda fixa, com rendimento que varia entre 2,95% e 100% do CDI, a depender do tempo de investimento. São aplicações financeiras com liquidez imediata.

5. Aplicações financeiras de curto e longo prazo

	2025	2024	Vencimento	% Rentabilidade
Deb Vert Securitizadora (I)	-	85.588	03/01/2025	96% Cdi
Deb Auren Energia (I)	-	50.050	03/01/2025	95% Cdi
Deb Travessia Securitizadora (I)	-	50.443	08/01/2025	96% Cdi
Deb Travessia Securitizadora (II)	-	5.071	09/01/2025	96% Cdi
Compromissada B. Itaú Papeis (II)	109.526	-	13/02/2026	95% Cdi
CDBV Banco XP S.A. - Jan/2030 (III)	125.891	132.299	15/01/2030	CDI + 3,00%
CDBV Banco XP S.A. - Jan/2030 (III)	25.130	26.690	03/01/2030	CDI + 3,00%
	260.547	350.141		

(I) Compromissadas XP

As aplicações financeiras em operações compromissadas realizadas junto à XP Investimentos consistem em operações de curto prazo na qual a instituição vende títulos com o compromisso de recompra em data futura e previamente acordada. Trata-se de um investimento de renda fixa, com rentabilidade definida no momento da aplicação e liquidez.

A remuneração das operações compromissadas são pós fixadas, atreladas ao CDI.

Os valores foram integralmente resgatados em 2025.

(II) Compromissadas Banco Itaú

A Companhia mantém aplicações financeiras em operações compromissadas junto ao Itaú Unibanco S.A., lastreadas em títulos privados identificados pelos papéis VAMO19, EEBT11, DALG12, INMP13 e VSCF18.

Essas operações consistem na venda de títulos com compromisso de recompra pela instituição financeira, possuindo prazo determinado, baixo risco de crédito e alta liquidez, sendo remuneradas à taxa CDI.

Os rendimentos são apropriados *pro rata temporis* até a data-base das demonstrações financeiras. As aplicações estão registradas pelo valor justo, equivalente ao valor de resgate na data do balanço. A tributação incidente segue a tabela regressiva do Imposto de Renda, com retenção na fonte no momento do resgate ou vencimento da operação, não havendo incidência de IOF para aplicações mantidas por prazo superior a 30 dias.

Na data-base, as operações compromissadas estão classificadas no ativo circulante, em função de seus prazos de vencimento de curto prazo.

(III) CDBV

A Companhia possui duas aplicações financeiras com o Banco XP S.A. com vencimento em janeiro de 2030, sem possibilidade de resgates antecipados. Refere-se a investimento em renda fixa com taxa de juros pré-fixada e liquidez no vencimento.

6. Contas a receber

	2025	2024		
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total (R\$)	Total (R\$)
Contas a receber - Clubes devedores (i)	13.748	43.904	57.652	-
Contas a receber - Vasco (ii)	18.557	72.225	90.782	105.538
Contas a receber - Ajustes de Preço (iii)	85.478	-	85.478	-
Contas a receber - Dívida confessada (iv)	6.261	18.626	24.887	-
Contas a receber - Outros	5.123	-	5.123	-
	129.167	134.755	263.922	105.538
			2025	2024
		A vencer	263.922	105.538

(i) Contas a receber - Clubes devedores

O saldo de contas a receber é composto por créditos com clubes oriundos da execução do processo de compra dos Clubes Internacional, Athletico Paranaense, Cuiabá, Fluminense.

O valor da operação é atualizado por juros de CDI + 3% ao ano e possui vencimento em 5 parcelas anuais e sucessivas, com pagamentos até dezembro de 2029.

(ii) Contas a receber - Vasco

Em decorrência do Acordo de Investimento firmado entre a Companhia e o Vasco SAF, em 30 de dezembro de 2024 foi celebrado instrumento para recompra, pelo clube, de 10% dos direitos anteriormente transferidos, reduzindo a participação da Companhia.

Na ocasião, a Companhia reconheceu o respectivo contas a receber em contrapartida à baixa proporcional do ativo intangível, cujo efeito no resultado foi imaterial.

O valor da operação é atualizado por juros de CDI + 3% ao ano e possui vencimento em 5 parcelas anuais e sucessivas, com pagamentos até dezembro de 2029.

Em 2025, parte do montante foi liquidada, restando em 31 de dezembro de 2025 saldo a receber de aproximadamente R\$ 90 mil.

A obrigação está garantida por cessão fiduciária correspondente a 40% das receitas do clube provenientes da comercialização de direitos da Série A, passível de retenção automática em caso de inadimplimento.

(iii) Contas a receber - Ajustes de Preço

Conforme previsto contratualmente, a Companhia possui direito a ajuste de preço em favor do Investidor, apurado com base na quantidade de clubes das Séries A e B vinculados ao Condomínio na temporada de 2025.

O montante do ajuste é liquidado mediante destinação, ao Investidor, de parcela dos recebíveis e/ou benefícios econômico-financeiros decorrentes da comercialização das oportunidades comerciais dos clubes, até o limite do valor apurado.

Adicionalmente, o contrato firmado prevê um mecanismo complementar de recomposição do preço de aquisição ("earn-in"), aplicável às temporadas de 2025 e 2026, que poderá ocorrer por meio de: (i) desconto no valor a ser pago no fechamento da operação; ou (ii) destinação ao investidor de valores equivalentes à sua fração ideal nos recebíveis decorrentes das oportunidades comerciais da referida temporada.

Esse mecanismo foi estabelecido em razão de um fato superveniente identificado durante as negociações com os clubes, relacionado à incidência de 5% sobre os direitos de imagem destinada à FENAPF (Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol), condição que não era de conhecimento das partes à época inicial das tratativas.

Diante disso, foi negociada uma alternativa de ajuste com os clubes, permitindo-lhes optar entre: (i) receber o valor de fechamento com desconto já refletindo esse impacto; ou (ii) receber o valor integral no fechamento, com posterior recomposição ao investidor por meio das receitas geradas em 2026.

Os clubes optaram pelo recebimento integral no fechamento, estabelecendo que a recomposição do referido ajuste será realizada por meio de deduções sobre as receitas da temporada de 2026, conforme previsto no mecanismo de earn-in.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém registrado contas a receber decorrentes desses direitos contratuais, cuja realização ocorrerá por meio da retenção de parcelas dos recebíveis futuros vinculados à temporada de 2026.

(iv) Contas a receber - Dívida confessada

Em 27 de outubro de 2025, o Atlético Mineiro SAF celebrou contrato de investimento com a Sports Media Entertainment S.A., prevendo a alienação de participação em direitos de exploração comercial relacionados ao Campeonato Brasileiro.

Em decorrência de restrições contratuais previamente existentes, determinados direitos referentes às temporadas de 2025 a 2029 não puderam ser alienados conforme originalmente considerado na precificação da operação. Para compensar essa limitação, foi pactuada indenização contratual em favor da Companhia.

A indenização compreende valores já recebidos e valores adicionais vinculados a recebíveis futuros, os quais foram reconhecidos como contas a receber, em contrapartida à receita operacional, conforme o regime de competência e os termos contratuais estabelecidos entre as partes.

A realização desses valores ocorrerá à medida do recebimento dos fluxos financeiros pactuados, sendo o saldo avaliado periodicamente quanto à sua recuperabilidade, de acordo com as políticas contábeis aplicáveis a ativos financeiros.

7. Outras contas a receber e outras contas a pagar

a) Outras contas a receber

	2025	2024
Opção de compra de clubes (i)	-	34.050
		34.050

b) Outras contas a pagar

	2025	2024
Opção de venda de clubes (i)	-	30.392
Antecipação direito de arena e propriedades (ii)	49.122	6.701
	49.122	37.093

(i) Opção de compra e venda de clubes

Em decorrência do Contrato de Investimento celebrado entre os Clubes LFU e o Investidor, foi estabelecida a possibilidade de aquisição e alienação de participações econômicas, mediante condições previamente acordadas e cláusulas específicas que definem os critérios de pagamento do preço.

Conforme estabelecido no contrato e aditivos posteriores, ativos e passivos foram contabilmente reconhecidos no momento da assinatura e fechamento do negócio, refletindo os direitos e obrigações assumidos pelas partes. Dentre os ativos registrados, incluem-se os direitos a receber de valores futuros vinculados ao contrato de investimento; e, entre os passivos, estão as obrigações contratuais relacionadas à entrega dos direitos econômicos vinculados à operação.

Importante destacar que, em janeiro de 2025, as opções de compra e venda previstas contratualmente foram executadas, ou seja, os clubes e o investidor exerceram formalmente as opções estipuladas para alienação ou aquisição definitiva das participações econômicas envolvidas. Esta operação gerou um impacto no resultado no montante de R\$ 3.658, classificado em Outras despesas na Demonstração de resultado do exercício.

Mensuração das opções de compra e venda

Os valores atribuídos às opções de compra e venda exercidas em 2025 foram mensurados com base nos termos do Memorando da Recompra Consolidado e dos Contratos de Investimento celebrados entre a Companhia e os Clubes participantes da LFU. A mensuração considerou o percentual de participação objeto de cessão (15%, 25% ou 50%), os valores devidos remanescentes e a data de exercício.

Os Preços de Exercício das opções foram compensados com os saldos devedores contratuais existentes, sendo reconhecidos pelo valor justo à data de exercício. A Companhia aplicou premissas de fluxo de caixa descontado e análise contratual, em função da ausência de mercado ativo comparável para tais instrumentos.

11. Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Saldos em 2023	Captações de Recursos	Juros Incorridos	Juros Pagos	Amortização paga	Saldos em 2024	Juros Incorridos	Juros Pagos	Amortização paga	Saldos em 2025
CCB 3254 (i)	51.125	-	3.649	(3.142)	(51.632)	-	-	-	-	-
CCB 4851(ii)	-	42.732	3.539	-	(3.511)	42.760	2.639	(6.178)	(39.221)	-
CCB 4925 (iii)	-	59.623	2.282	-	(61.905)	-	-	-	-	-
Totais	51.125	102.355	9.470	(3.142)	(117.048)	42.760	2.639	(6.178)	(39.221)	-

(i) CCB 3254

A Companhia contratou uma Cédula de Crédito Bancário nº 3254 ("CCB") junto ao Banco XP S.A. ("Credor") em 22 de setembro de 2023. O empréstimo possuía prazo de vencimento em 20 de março de 2024, porém a Companhia fez a repactuação em junho de 2024 com o 1º Aditamento a CCB alterando o prazo de liquidação para 31 de dezembro de 2024, com pagamento do principal, IOF e juros equivalentes a 100% do CDI ao ano no final do contrato.

Os juros remuneratórios eram compostos por:

- Taxa de Juros (pós-fixada): 100% da Taxa DI-Cetip Over (Extra-Grupo), calculada e divulgada pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), capitalizada diariamente, com base em um ano de 252 dias úteis; e

continua >>>

Em 2025 as opções foram executadas na sua totalidade, sem saldos em aberto.

(ii) Antecipação do Direito de Arena e Propriedades

Os valores demonstrados em 2024 e 2025 referem-se ao recebimento antecipado de Direitos de Arena, conforme previsto em contratos firmados com clubes e entidades esportivas, por meio dos quais foram recebidos recursos financeiros vinculados à cessão de direitos de transmissão de eventos esportivos futuros.

Os valores recebidos foram reconhecidos contabilmente como passivo na data do recebimento e apropriados ao resultado de forma linear e/ou conforme a realização dos eventos esportivos, em observância ao regime de competência e às disposições contratuais aplicáveis.

A antecipação não caracteriza transferência definitiva do direito até a efetiva realização dos eventos, permanecendo a obrigação da Companhia em cumprir as condições contratuais estabelecidas para o reconhecimento da receita.

8. Impostos a recuperar

	2025	2024
IRRF sobre aplicações financeiras	5.254	1.778
Outros impostos a compensar	190	-
	5.444	1.778

9. Realizável

SPORTS MEDIA ENTERTAINMENT S/A

CNPJ/MF nº 50.728.810/0001-37

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

• Taxa de Juros (pré-fixada): 0,2466% ao mês, equivalente ao percentual de 3,00% ao ano, calculados de forma exponencial pro rata temporis capitalizados diariamente, com base em um ano de 252 dias úteis taxas de juros (pós-fixada) 100%.

As garantias do pontual e integral pagamento da CCB, constituídas em favor do Credor são: a Alienação Fiduciária da totalidade das Ações e a Cessão Fiduciária de direitos creditórios. O contrato foi integralmente quitado em 2024, encerrando legalmente a relação contratual entre as partes.

(ii) CCB 4851

Em 24 de junho de 2024, a Sports Media celebrou com o BANCO XP S.A. a Cédula de Crédito Bancário nº 4851 ("CCB"), com valor de principal de R\$ 42.732 acrescido de IOF de R\$ 494, totalizando um valor líquido desembolsado de R\$ 42.238. O custo efetivo total da operação foi de 0,59% ao mês (equivalente a 7,44% ao ano), acrescido da Taxa DI, conforme condições estabelecidas na CCB. A data de vencimento original era 30 de dezembro de 2024.

Em 30 de dezembro de 2024, foi firmado o 1º Aditamento à CCB ("Aditamento"), com as seguintes alterações principais:

- Prorrogação do Prazo de Vencimento: O prazo final da obrigação foi prorrogado para 30 de junho de 2025.
- Incidência de IOF Complementar: Como a prorrogação implicou prazo superior a 365 dias, passou a ser exigível o IOF complementar, no valor de R\$ 311, incorporado ao saldo devedor.
- Acréscimo de Juros Remuneratórios: Os juros remuneratórios acumulados até 30 de dezembro de 2024, no valor de R\$ 3.510, serão pagos nessa mesma data por débito automático.
- Atualização do Valor de Principal: O valor de principal da CCB passou a refletir o saldo devedor ajustado pela adição do IOF complementar e dos juros remuneratórios acumulados.
- Novo Fluxo de Pagamento: A obrigação passou a contar com uma parcela única, com vencimento em 30 de junho de 2025, no valor estimado de R\$ 43.762, sendo R\$ 42.732 de principal e R\$ 1.030 de juros prefixados, acrescidos da variação da Taxa DI acumulada até a data de vencimento.

Garantias

A operação é garantida por alienação fiduciária ou cessão fiduciária de ativos financeiros.

Série	Valor Total da emissão (R\$)	Data da emissão	Quantidade emitida (R\$)	Vencimento	Remuneração	Saldo devedor 2025
1ª emissão	896.100.000	27/10/2023	896.100.000	30/04/2025	IPCA + 2% a ano	1.040.659
2ª emissão	757.575.758	04/09/2024	757.575.758	25/08/2026	100% CDI + Fator Spread	-
3ª emissão	700.000.000				Série Sênior: 100% da Taxa DI + spread de 1,15% a.a.	
	250.000.000	04/06/2025	950.000.000	15/01/2030	Série Subordinada: 100% da Taxa DI + spread de 3,50% a.a.	935.953
						1.976.612

b) Movimentação:

	Saldo devedor 2023 (R\$)	Nova emissão	(-) Encargos	Juros e Correções	Encargos realizados	Saldo devedor 2024 (R\$)
1ª emissão	896.100	30.650	-	61.178	-	987.928
2ª emissão	-	757.576	(17.365)	41.563	2.149	783.923
3ª emissão	-	-	-	-	-	-
	896.100	788.226	(17.365)	102.741	2.149	1.771.851

	Saldo devedor 2024 (R\$)	Nova emissão	(-) Encargos	Juros e Correções	Pagamentos realizados	Paga-mento (-) Princi-pal	Saldo devedor 2025 (R\$)
1ª emissão	987.928	-	52.731	-	-	-	1.040.659
2ª emissão	783.923	-	99.499	15.216	(757.576)	(141.062)	1.040.659
3ª emissão	-	950.000	(21.711)	62.863	2.344	(57.543)	935.953
	1.771.851	950.000	(21.711)	215.093	17.560	(757.576)	(198.605)
							1.976.612

c) Detalhes das Emissões

A Sports Media Entertainment S.A. estruturou duas emissões de debêntures conversíveis e uma emissão de debênture não conversível, com a finalidade de captar recursos voltados à aquisição de direitos comerciais e de mídia (Direitos de Arena e Propriedades Comerciais) de clubes da Liga Forte União (LFU), no contexto do futebol brasileiro entre 2025 e 2024. Em 2025 a Segunda emissão de debênture foi integralmente quitada.

PRIMEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

- Valor Total Autorizado: R\$ 1.300.000
- Montante Efetivamente Emitido: R\$ 926.750
- Quantidade Máxima de Debêntures: 1.300.000
- Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000 (mil reais)
- Data de Emissão: 27 de outubro de 2023
- Vencimento: 31 de abril de 2025
- Espécie: Quirografária (sem garantia real)
- Atualização Monetária: IPCA + 2% a.a. (a partir de janeiro de 2025)
- Conversibilidade: Sim, mediante eventos predefinidos como IPO, entrada de investidor estratégico ou inadimplemento da segunda emissão.

Waiver

A segunda emissão de debêntures ocorreu em 12 de setembro de 2024, sendo condicionada à obtenção de waiver dos debenturistas da primeira emissão, conforme previsto contratualmente. A aprovação formalizada ocorreu em 10 de setembro de 2024.

A terceira emissão de debêntures ocorreu em 15 de julho de 2025, sendo condicionada à obtenção de waiver dos debenturistas da primeira emissão, conforme previsto contratualmente. A aprovação formalizada ocorreu em 03 de julho de 2025.

Subordinação

Nos termos do 2º Aditamento, as obrigações dessa emissão estão subordinadas à quitação integral da segunda emissão e igualmente da terceira emissão. Em caso de inadimplemento da 3ª emissão, as debêntures da 1ª emissão serão automaticamente convertidas em ações. A segunda emissão foi integralmente liquidada em 2025.

Conversão em Ações

A conversão se dá ao valor nominal e depende da ocorrência de eventos de liquidez, como IPO ou default contratual.

Destinação dos Recursos

Utilização exclusiva na aquisição de Direitos de Arena e Propriedades Comerciais dos clubes participantes da LFU, conforme os Acordos de Investimento.

Dívidas Preexistentes

- Cédula de Crédito Bancário com o Banco XP S.A. (22/09/2023)
- Contrato de adiantamento com a LCP (R\$ 4.900)

Situação atual: ambas quitadas em 2025.

Outras informações relevantes

- Classificação: Passivo financeiro, avaliado ao custo amortizado.
- Conversibilidade: Não configura capital próprio, pois a decisão de conversão depende exclusivamente da Emissora.

Cronograma de amortização

Parcela	Data de Amortização das Debêntures	Percentual do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures a ser amortizado
1	15 de dezembro de 2029	10%
2	15 de dezembro de 2034	11,11%
3	15 de dezembro de 2039	12,50%
4	15 de dezembro de 2044	14,29%
5	15 de dezembro de 2049	16,67%
6	15 de dezembro de 2054	20%
7	15 de dezembro de 2059	25%
8	15 de dezembro de 2064	33,33%
9	15 de dezembro de 2069	50,00%
10	Data de vencimento	100,00%

SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

- Valor Total Emitido: R\$ 757.576
- Quantidade: 757.575.758 debêntures
- Valor Nominal Unitário: R\$ 1,00
- Preço de Integralização: R\$ 750,000 (com deságio de 1%)
- Data de Emissão: 12 de setembro de 2024
- Espécie: Com garantia real
- Atualização Monetária: CDI + 7,5% (até o 12º mês), CDI + 10% (a partir do 13º mês)
- Conversibilidade: Sim

Garantias

- Alienação fiduciária de ações
- Cessão fiduciária de direitos creditórios
- Outras garantias reais previstas contratualmente

Destinação dos Recursos

- Aquisição de Direitos de Arena e Propriedades Comerciais
- Quitação de mútuos com GMI, Geodex, João Gabriel e LiveMode
- Pagamento de CCBs com o Banco XP S.A.
- Despesas de emissão e reforço de caixa operacional

Cronograma de pagamento

De acordo com os termos da Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário das debêntures da segunda emissão será amortizado em parcela única na data de vencimento (setembro/2026).

A debênture foi integralmente quitada em agosto de 2025.

TERCEIRA EMISSÃO DE DEBÊNTURES

- Valor Total Emitido: R\$ 950.000.000
- Quantidade: 950.000 debêntures
- Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000,00
- Preço de Integralização: Valor Nominal Unitário, podendo ocorrer com ágio ou deságio, conforme condições de mercado
- Data de Emissão: 15 de julho de 2025
- Espécie: Com garantia real

Garantias

- Cessão fiduciária de direitos creditórios
- Alienação fiduciária de ações
- Vinculação de contas e demais garantias reais previstas contratualmente na Escritura de Emissão

Destinação dos Recursos

- Resgate antecipado das debêntures da 2ª emissão
- Gestão ordinária das atividades operacionais da Companhia
- Reforço de caixa operacional

Cronograma de Pagamento

Conforme estabelecido na Escritura de Emissão, os juros remuneratórios das debêntures são pagos mensalmente, pelo regime de competência, a partir de 15 de agosto de 2025 até a data de vencimento final do instrumento.

Covenants (Obrigações Contratuais)

As cláusulas de covenants estabelecem obrigações e restrições que o Emitente deve observar durante a vigência do contrato. Destacam-se:

- Os recursos devem ser usados exclusivamente conforme o "Acordo de Investimento" com clubes de futebol e para obrigações contratuais específicas.
- Proibição de onerar ou dispor das garantias sem autorização do Credor.

O contrato foi integralmente quitado em 2025, encerrando legalmente a relação contratual entre as partes.

(iii) CCB nº 4925

Emitida por SPORTS MEDIA ENTERTAINMENT S.A. e firmada com o BANCO XP S.A., esta CCB representa um empréstimo bancário no valor bruto de R\$ 59.623, com valor líquido de desembolso de R\$ 59.250 após descontos de IOF no valor de R\$ 373.

A data efetiva de quitação foi 31 de outubro de 2024, encerrando legalmente a relação contratual de crédito entre as partes.

12. Debêntures

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia apresentava as seguintes debêntures em circulação:

a) Composição

	2025	2024
1ª emissão	1.040.659	987.928
2ª emissão	-	799.139
3ª emissão	955.320	-
(-) Encargos sobre 2ª emissão	-	(15.216)
(-) Encargos sobre 3ª emissão	(19.367)	-
	1.976.612	1.771.851
	2025	2024
Curto Prazo	245.138	-
Longo Prazo	1.731.474	1.771.851
	1.976.612	1.771.851

	2025	2024
Saldo devedor 2025	1.040.659	-
IPCA + 2% a ano	-	-
100% CDI + Fator Spread	-	-
Série Sênior: 100% da Taxa DI + spread de 1,15% a.a.	-	-
Série Subordinada: 100% da Taxa DI + spread de 3,50% a.a.	-	-
	935.953	1.976.612

A amortização do principal não ocorre de forma linear, estando sujeita a uma curva de amortização customizada, previamente definida na Escritura, que estabeleça percentuais específicos de liquidação do saldo do Valor Nominal Unitário (VNU) atualizado em datas predeterminadas ao longo da vigência da operação.

ii) Movimentação

	Saldo devedor 2023 (R\$)	Principal	Juros	Saldo devedor 2024 (R\$)	Principal	Juros	Pagamentos	Saldo devedor 2025 (R\$)
Geodex Empresa de Participações Ltda.	-	17.176	1.307	18.483	-	1.129	(19.612)	-
GMI - Global Markets Investments LP	-	34.351	2.611	36.962	-	2.258	(39.220)	-
João Gabriel de Oliveira Leitão	-	1.717	130	1.847	-	114	(1.961)	-
LiveMode Serviços Digitais S/A.	-	72.996	5.486	78.482	-	4.796	(83.278)	-
Notas comerciais	-	-	-	-	141.374	344	-	141.718
		126.240	9.534	135.774	141.374	8.641	(144.071)	141.718

iii) Finalidade

O objetivo dos mútuos é fornecer liquidez à mutuária para:

- Cumprimento de obrigações financeiras previstas no Contrato de Investimento e Outras Avenças, firmado com diversos clubes de futebol;
- Cumprimento de compromissos assumidos no Termo de Compromisso com outros clubes (Ponte Preta, Botafogo S/A, Novorizontino, Ituano, Mirassol);
- Pagamento dos chamados Valores Retidos, conforme definidos no Quinto Aditivo ao Acordo de Investimento.

iv) Condições financeiras

- Juros Remuneratórios: CDI + 5% ao ano, capitalizados anualmente.
- Mora: Juros de mora de 1% ao mês + multa de 2% sobre o valor inadimplido, além dos juros remuneratórios.

v) Vencimento

O vencimento ocorre no prazo de 60 dias após o desembolso ou 2 dias úteis após a mutuária contratar novo financiamento ou receber recursos do fundo.

A data final foi prorrogada diversas vezes, no último aditamento (Oitavo), foi fixada em 30 de junho de 2025 (caso LIVEMODE), e integralmente quitada em maio de 2025.

vi) Notas comerciais

a) Composição

Tranche	Quantidade de Notas	Valor Nominal Unitário (R\$)	Valor Total	Vencimento
1ª Tranche	40.000	1.000,00	40.046	15/12/2030
2ª Tranche	101.328	1.000,00	101.328	15/12/2030
Total	141.328		141.374	

b) Detalhes das Emissões

As Notas Comerciais a Pagar referem-se a instrumentos de captação de recursos emitidos pela Companhia junto a investidores, com a finalidade de financiar suas atividades operacionais e reforçar o capital de giro.

Essas obrigações são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado, acrescido dos encargos financeiros incorridos até a data do balanço, conforme as condições contratuais pactuadas. Os juros são apropriados ao resultado pelo regime de competência.

Demostremos a movimentação dos saldos abaixo:

Saldos devedor	Novos contratos	Valores pagos	Saldos devedor	Novos contratos	Renegociações	Valores pagos	Opções de compra executada	Descontos	Juros e correções	Saldos devedor
2023	1.410.158	45.010	2024	4.034	69.090	(144.471)	(861.449)	(1.333)	1.126	2025
		(517.648)								4.517
										4.517

15. Patrimônio Líquido

i) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social da Companhia era de R\$ 310.002 (trezentos e dez mil e dois mil reais), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 310.002.000 (trezentos e dez mil e dois mil) de ações ordinárias, nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real).

As ações ordinárias conferem aos seus titulares direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral, participação nos dividendos declarados pela Companhia e, em caso de liquidação, direito ao recebimento do ativo remanescente, na proporção de sua participação no capital social.

A estrutura acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2025 estava composta da seguinte forma:

Acionista	Número de Ações	Participação (%)
LCP PRIVATE EQUITY I FIP	220.002.000	70,97%
LCP PRIVATE EQUITY II FIP	90.000.000	29,03%
	310.002.000	100%

ii) Destinação dos lucros

Conforme o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício, após a compensação de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, limitada a 20% do capital social;
- distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, após a constituição da reserva legal;
- eventual saldo remanescente terá sua destinação definida pela Assembleia Geral.

Entretanto, como a Companhia apurou prejuízo no exercício de 2023, 2024 e 2025, não houve constituição de reserva legal nem distribuição de dividendos no período.

16. Receita líquida de vendas

	2025	2024
Direito De Arena E Propriedades De Campo	213.375	-
(-) Impostos sobre a receita	-	-
(-) PIS	(3.522)	-
(-) COFINS	(16.216)	-
Receita líquida de vendas	193.637	-

17. Custos dos serviços prestados

	2025	2024
Amortização	(61.857)	-
	(61.857)	-

18. Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Depreciação e amortização	(5)	-
Honorários advocatícios	(1.473)	(525)
Serviços tomados	(1.026)	(1.107)
Despesas com viagens	(396)	(350)
Honorários contábeis	(248)	(489)
Outros impostos e taxas	(150)	-
Despesas legais e judiciais	(107)	-
Despesas com locações	(100)	-
Propaganda e publicidade	(11)	(137)
Outras despesas	(695)	(90)
	(4.211)	(2.698)

19. Despesas financeiras líquidas

	2025	2024
Rendimento de aplicações financeiras	36.970	19.399
Descontos obtidos	1.978	462
Juros ativos i)	26.792	61

SPORTS MEDIA ENTERTAINMENT S/A

CNPJ/MF nº 50.728.810/0001-37

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025

22. Transações que não afetaram o caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Companhia apresenta, a seguir, as principais transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 que não implicaram ingresso ou desembolso de caixa:

- Contas a receber
- Reconhecimento contábil do Earn-in, no montante de R\$ 174.396 (vide Nota Explicativa nº 10);
- Reconhecimento de novas negociações com clubes, no montante de R\$ 69.090 (vide Nota Explicativa nº 14).

Intangível

- Aquisição de ativos intangíveis com pagamento previsto para 2026, no montante de R\$ 4.034 (vide Nota Explicativa nº 14);

• Baixa de ativos intangíveis e das respectivas obrigações a pagar, em decorrência da execução das opções de compra e venda de direitos junto aos clubes (vide Notas Explicativas nº 10 e 14). As referidas transações refletem, majoritariamente, reclassificações contábeis e reconhecimentos de direitos e obrigações, sem impacto direto no caixa da Companhia no período.

23. Eventos subsequentes

Em 8 de janeiro de 2026, o Conselho de Administração/Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a 3ª (terceira) emissão de notas comerciais escriturais, em série única, para colocação privada, nos termos da Lei nº 14.195/2021.

A emissão foi formalizada por meio do Termo de Emissão datado de 9 de janeiro de 2026, com data de emissão em 12 de janeiro de 2026, totalizando 72.266 notas comerciais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, perfazendo o montante total de R\$ 72.266.

As notas comerciais possuem vencimento final em 15 de dezembro de 2030, remuneração correspondente à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI, acrescida de spread de 9,00% ao ano, e não contam com garantias reais ou fidejussórias, sendo subordinadas às debêntures da 3ª emissão da Companhia, conforme previsto no respectivo termo de emissão. Os recursos líquidos captados serão integralmente destinados à negociação conjunta dos direitos de arena do Sport Club Corinthians Paulista.

A Administração avaliou os efeitos desse evento subsequente e concluiu que não se trata de evento que exija ajuste nas demonstrações financeiras, uma vez que a emissão foi aprovada e formalizada após a data-base das demonstrações, devendo, portanto, ser divulgada apenas em nota explicativa, conforme os pronunciamentos contábeis aplicáveis.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da Sports Media Entertainment S/A. - Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sports Media Entertainment S/A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sports Media Entertainment S/A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR-048555/O-2



Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.br

pl@induscom.com.br

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 09/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 09/04/2026 00:01:29

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 95fa25d3e0da479fe4af2079b26a4daa4744a23e5f27af85f219a1a15be139d4



Assinatura

Assinado em: 09/04/2026 00:01:38

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: 4242ffd20a99166539072462910abcef



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.44.200	-25.442484883267,-49.255809137001	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.



DTCOM - DIRECT TO COMPANY S.A.CNPJ nº 03.303.999/0001-36 - Companhia Aberta
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convidados os senhores acionistas da DTCOM Direct to Company, a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária** no dia 30 de abril de 2026, às 08:00 horas, na sede social da companhia, à Av. Dom Pedro II, 1720, Quatro Barras, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia: Assembleia Geral Ordinária: I - Examinar, discutir e aprovar, o relatório da administração e as demonstrações financeiras, inclusive parecer dos auditores independentes, relativos ao exercício social findo em 31.12.2025; II - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2025; III - Fixar a remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2026.**

Informações Gerais: Documentos à Disposição dos Acionistas: Nos termos da legislação aplicável, as cópias dos documentos referentes às matérias da ordem do dia encontram-se à disposição dos Acionistas na sede e no website da Companhia (<http://dtcom.com.br>), bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da BM&F Bovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br), em conformidade com as disposições da Lei 6.404/76 e da Instrução CVM nº 481/2009. **Participação na Assembleia:** Os Acionistas da Companhia deverão comparecer à Assembleia munidos dos seguintes documentos: (a) além do documento de identidade, o respectivo comprovante de ações escriturais, expedido pela instituição financeira depositária; e (b) se for o caso, instrumentos de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do artigo 126, §1º, da Lei 6.404/76. **Voto à distância:** Conforme previsto nos artigos 26 e seguintes da Resolução CVM nº 81/2022 e alterações, a Companhia adotará o sistema de votação à distância, permitindo que os Acionistas Participem da Assembleia Geral Ordinária mediante preenchimento e a entrega dos respectivos Boletins de Voto a Distância aos agentes de Custódia, ao escriturador ou diretamente à Companhia, de acordo com as instruções da Proposta da Administração. **Apresentação dos documentos para participação na Assembleia:** Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia, solicita-se que o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato, bem como os instrumentos de procuração, sejam depositados na sede da companhia, no Município de Quatro Barras, Estado de Paraná, na Avenida Dom Pedro II, 1720, aos cuidados do Departamento Societário, no horário compreendido entre as 09:00 e 18:00 horas, de segunda a sexta, até, no máximo, 24 horas antes da hora marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária. Quatro Barras, 9 de abril de 2026. **Cristiane de Fatima Fialla - Diretora Administrativa, Financeira e DFI.**

*****Swedish Match.**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
SWEDISH MATCH DO BRASIL S/A
CNPJ nº 33.016.338/0002-71

Ficam convocados os Senhores Acionistas da SWEDISH MATCH DO BRASIL S/A a participarem da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 20 de abril de 2026, às 10:00, em sua sede, localizada na Rua Conselheiro Laurindo, nº 1425, Rebouças, Curitiba/PR, CEP: 80.230-180, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) aprovação de contas e demonstrações financeiras de 2025; (ii) destinação do lucro líquido do exercício social de 2025 e, caso haja, a distribuição de dividendos aos acionistas; e (iii) reeleição da Diretoria pelo período de 3 anos.

Os documentos relativos à matéria a ser discutida na Assembleia Geral, encontram-se à disposição dos acionistas para consulta na sede da Companhia, em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/76, tendo sido publicados no Jornal Diário Indústria & Comércio no formato impresso em 19/03/2026, na página 15, e na versão digital em 19/03/2026, na página 01, nos termos dos artigos 132 e 124 da Lei nº 6.404/76.

Informações Gerais: O Acionista, seu representante legal ou procurador, deverá observar as disposições previstas no parágrafo 1º do artigo 126 da Lei nº 6.404/1976 para participar da Assembleia, apresentando o documento hábil para sua identificação.

Allan Pahl Carpes - Presidente

ELEJOR - CENTRAIS ELÉTRICAS DO RIO JORDÃO S.A
CNPJ 04.557.307/0001-49 - NIRE 41.300.019.550
EXTRATO DA ATA DA 199ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. LOCAL: Híbrido **2. DATA:** 11.03.2026 – 14h. **3. MESA DIRIGENTE:** Moacir Carlos Bertol – Presidente e Ana Paula Oaida Gabellini – Secretária da Reunião. **4. ASSUNTOS TRATADOS E DELIBERAÇÕES TOMADAS: O Conselho de Administração:** I. deliberou, por unanimidade de votos, pela aprovação do Relatório Anual da Administração, Balanço Patrimonial, as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2025 e as contas da Diretoria, bem como sua submissão à Assembleia Geral de Acionistas, a ser oportunamente convocada; II. deliberou, por unanimidade de votos, que as aplicações financeiras realizadas estão em conformidade com a Política de Aplicações Financeiras vigente; III. deliberou, por unanimidade de votos, pela aprovação das revisões e implantação das Políticas acima listadas, com vigência imediata; IV. deliberou, por unanimidade, pela aprovação do cronograma de reuniões da forma proposta; V. tomou ciência, dos itens informativos da reunião. **5. ASSINATURAS:** Moacir Carlos Bertol – Presidente; Alexandre Radtke; Paulo Henrique Gulin Gomes, Milton Francisco dos Santos Junior e Fabiano Luft Chudzkiwicz; Ana Paula Oaida Gabellini – Secretária da Reunião. *O texto integral da ata da 199ª Reunião de Conselho de Administração foi lavrado em livro próprio, tendo a ata sido registrada na Junta Comercial do Paraná – Jucepar, sob n.º 20261913735, em 07/04/2026.*

ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A.
CNPJ/ME nº 04.518.259/0001-80 | NIRE 41.300.316.651

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas da ELECTRA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada de forma presencial às 10:00 (dez) horas do dia 17 de abril de 2026, na sede da Companhia, localizada na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Doutor Brasilio Vicente de Castro, n.º 111, 6º andar, Sala 602, Campo Comprido, CEP 81.200-526, para discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) outorga de garantias, inclusive na modalidade de cessão fiduciária de recebíveis, pela Companhia, em operações de emissões de dívidas da Intrepid Investimentos e Participações S.A.; (b) a autorização para que a diretoria da Companhia adote todas as providências necessárias para a efetivação da constituição de garantias; (c) a aprovação da reorganização societária do grupo, consistente na alienação e/ou transferência, pela Companhia, da totalidade de sua participação societária na ELECTRA COMERCIALIZADORA VAREJISTA LTDA. e na CONTINENTAL COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA., de modo que tais sociedades deixem de ser controladas direta ou indiretamente pela Companhia e passem a ser controladas pela INTREPID INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.; (d) a autorização para a Diretoria da Companhia praticar todos os atos necessários à implementação da reorganização societária mencionada no item (c), incluindo, mas não se limitando, à celebração de contratos de cessão de quotas/ações, instrumentos societários e demais documentos correlatos; (e) a autorização para o ajuizamento, pela Companhia, de medida judicial que venha a ser considerada necessária à proteção de seus interesses. Aviso aos acionistas: Os documentos pertinentes às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se disponíveis aos acionistas na sede da Companhia. O acionista poderá ser representado na Assembleia por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do artigo 126, parágrafo 1º da Lei n. 6.404/1976.

Curitiba/PR, 8 de abril de 2026.

FRANKLIN KELLY MIGUEL

Diretor Presidente

Publicidade Legal é coisa séria!

Atas

Editais

Balanços

Súmulas

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios

Consulte
nossa **equipe**

41 3333-9800

publegal@induscom.com.brpl@induscom.com.br

As publicações acima foram realizadas e certificada no dia 09/04/2026

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicações Legais no portal do Jornal Indústria & Comércio ou acesse através do link: https://www.diarioinduscom.com.br/Publicacoes_Legais



Documento final gerado em 09/04/2026 00:03:04

Esse documento pode ser validado através do QR CODE abaixo, ou via URL: <https://incodigital.ipsign.com.br/validador>

Identificador de validação: 9d4be489700c3a9962a0dc51361af6d6a9adca9407ec1647a2ba94d1f73133b1



Assinatura

Assinado em: 09/04/2026 00:03:12

Tipo de assinatura: Desenho na tela

Assinante: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

CPF: 01993841938

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

Identificador: fda8160926f3b09aab7caa87c1d2dc09



IP	Local	Cidade	CEP	UF	Software
189.26.10.154, 172.31.44.200	-25.442474312853 , -49.255804212506	Curitiba	80215-030	PR	Google Chrome/Microsoft Edge 146.0.0.0 / Windows



Emitido por: Fabiano Fernando Furtado - INCO EDITORA DIARIO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

E-mail: financeiro2@induscom.com.br

As partes reconhecem e declaram que o presente instrumento pode ser assinado entre as mesmas e respectivas testemunhas (quando presentes), por meio físico ou eletrônico, sendo certo que neste último caso as assinaturas serão consideradas juridicamente válidas, autênticas e vinculativas, nos termos da legislação aplicável.

Esse documento assinado de forma eletrônica está em conformidade com o Código Civil, Código de Processo Civil, Legislação vigente que regula as assinaturas eletrônicas e Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a legislação aplicável vigente. A validade do mesmo poderá ser confirmada através do verificador de conformidade do ITI - Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, através do link: validar.iti.gov.br

A assinatura desse documento com certificado digital, gerará crítica em caso de tentativa de modificação do seu conteúdo, podendo ser constatada nas propriedades dos certificados digitais do mesmo, quando o arquivo for aberto através de visualizadores de PDF de terceiros.

Esse documento é acompanhado do seu PROTOCOLO DE AUTENTICIDADE, em arquivo paralelo, no qual se encontra o hash SHA256 de validação, o que garante que o conteúdo desse documento não sofreu alteração após assinatura das partes. O hash SHA256 deverá ser o mesmo obtido através dos mecanismos de extração de hash disponíveis pelas ferramentas de terceiros.

